



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LETRAS INGLÊS

**A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: UMA
PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE**

MACAPÁ
2020

**DANIELE FERREIRA CAMARÃO
THAÍSE MELO NAZARÉ
VANEZA SOUZA DE SOUZA**

**A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: UMA
PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE**

Artigo apresentado ao Curso de Letras
Português-Inglês da Universidade Federal do
Amapá como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Letras com Habilitação
em Língua Inglesa.

Orientador: Dr. Rosivaldo Gomes

MACAPÁ

2020

DANIELE FERREIRA CAMARÃO

THAÍSE MELO NAZARÉ

VANEZA SOUZA DE SOUZA

**A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO:
UMA PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE**

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Prof. Dr. Rosivaldo Gomes – Orientador
Departamento de Letras e Artes – UNIFAP

Profa. Ma. Heloane Baia Nogueira – Avaliadora Interna
Departamento de Letras e Artes – UNIFAP

Profa. Ma. Sueli Andrade dos Santos
Departamento de Secretariado Executivo – UNIFAP

Agradecemos a Deus, por ter nos dado essa oportunidade de estarmos aqui hoje, à nossa família pelo apoio e incentivo em concluir esse curso e ao nosso orientador Professor Dr. Rosivaldo Gomes pela paciência e auxílio na elaboração desse projeto.

RESUMO

O presente trabalho situa-se na concepção sociorretórica de gêneros (SWALES, 1990). Neste estudo, foca-se como objeto de pesquisa o gênero artigo de opinião, presentes na revista *Veja* e sua organização retórica. Para sustentação teórico-metodológica, lançamos mão do modelo CARS (*Create a Research Space*) criado por John M. Swales (1990), para quem o conceito de gênero diz respeito à forma e ao conteúdo característico de um texto, aos propósitos e a determinadas comunidades discursivas (SWALES, 1990), mas também a aspectos socioculturais. O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de análise do gênero textual/discursivo artigo de opinião a partir do modelo CARS (*Create a Research Space*) criado por John M. Swales (1990). Para fundamentação teórica lançamos mão das discussões da abordagem sociorretórica de gêneros e a conceituação de artigo de opinião. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo (GIL, 2008), de abordagem qualitativa interpretativista (CHIZZOTTI, 2006) do tipo documental sendo feito também, um levantamento quantitativo dos movimentos retóricos. O *corpus* da análise foi constituído por 18 exemplares do gênero textual/discursivo artigo de opinião a partir dos quais foi possível encontrarmos certas regularidades retóricas na estrutura composicional desse gênero.

Palavras-chave: Artigo de opinião. Sociorretórico. John swales. Modelo CARS.

ABSTRACT

The present work is situated in the socio-rhetorical conception of genres (SWALES, 1990). In this study, the focus of this research is the opinion article genre, present in *Veja* magazine and its rhetorical organization. For theoretical and methodological support, we use the CARS (*Create a Research Space*) model created by John M. Swales (1990), for whom the concept of gender concerns the form and the characteristic content of a text, the purposes and certain discursive communities (SWALES, 1990), but also to sociocultural aspects. The purpose of this paper is to present a proposal for the analysis of the textual / discursive genre opinion article from the CARS (*Create a Research Space*) model created by John M. Swales (1990). For theoretical foundation we use the discussions of the socio-rhetorical approach of genres and the conceptualization of opinion article. This is a descriptive research (GIL, 2008), with a qualitative interpretative approach (CHIZZOTTI, 2006) of the documentary type being also made a quantitative survey of rhetorical movements. The corpus of the analysis consisted of 18 copies of the textual / discursive opinion article genre from which it was possible to find certain rhetorical regularities in the compositional structure of this genre.

Keywords: Opinion article. Sociorretorical. John Swales. CARS Model.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	09
3 ABORDAGEM SOCIORRETÓRICA DE GÊNEROS.....	11
3.1 O Modelo <i>CARS</i> de Swales	13
4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
4.1 O Gênero artigo de opinião e sua organização retórica	17
4.2 Análise dos artigos de opinião no Modelo <i>CARS</i>	18
5 CONSIDERAÇÕES.....	23
REFERÊNCIAS.....	24
ANEXOS.....	26
Anexo A: Artigo de opinião de Mailson da Nóbrega	27
Anexo B: Artigo de opinião de Claudio de Moura	32
Anexo C: Artigo de opinião de Lya Luft	38

A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: UMA PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE

DANIELE FERREIRA CAMARÃO¹

THAÍSE MELO NAZARÉ²

VANEZA SOUZA DE SOUZA³

ROSIVALDO GOMES⁴

INTRODUÇÃO

Nos estudos de gêneros textuais ou discursivos é importante salientar que eles se adequam às diversas necessidades comunicativas dos sujeitos sociais, neste sentido, a utilização de um gênero relaciona-se com práticas de linguagem ou enunciações que se dão sempre de maneira situada em determinadas práticas e eventos de letramentos (STREET, 1984), define-se pelo funcionamento de suas esferas ou campos de circulação dos discursos.

Todavia, como assevera Rojo (2013), a enunciação não é determinada mecanicamente apenas pelo funcionamento social das esferas ou campos da comunicação humana, pois o que vai substancialmente definir a significação e o tema de um enunciado/texto é, sobretudo, a apreciação de valor ou a avaliação axiológica como já nos faz lembrar Bakhtin/Volochinov (1981[1929]), isto é, a avaliação ética, política, estética, afetiva, que os interlocutores fazem uns dos outros e de si mesmos ou de seus lugares sociais que ocupam e do conteúdo temático em pauta, que apreciado valorativamente, transforma-se em tema (irrepetível) do enunciado.

1 Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras, habilitação em Português e Inglês com suas respectivas literaturas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: dhannyfer@hotmail.com

2 Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras, habilitação em Português e Inglês com suas respectivas literaturas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: thaisemeloap@bol.com.br

3 Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras, habilitação em Português e Inglês com suas respectivas literaturas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: neza.souza@outlook.com

4 Pós-doutor em Educação – Dpq/UNIFAP, Doutor em Linguística Aplicada/UNICAMP-IEL, Professor Adjunto do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal do Amapá do Núcleo de Estudos e Práticas Linguística Aplicada (NEPLA). E-mail: rosivaldounifap12@gmail.com

Nesse sentido, cabe aqui esclarecer que o presente trabalho se situa na concepção sociorretórica de gêneros (SWALES, 1990). Neste estudo, foca-se como objeto de pesquisa o gênero artigo de opinião, presentes na Revista Veja. Como objetivo geral propõe-se analisar a organização retórica do artigo de opinião, e como objetivos específicos buscamos descrever os principais movimentos recorrentes em 18 artigos de opinião publicados na Revista Veja com a finalidade de apresentar uma proposta de modelo de análise da organização retórica existente no gênero mencionado.

O nosso interesse pelo artigo de opinião surgiu a partir da nossa curiosidade em conhecer este gênero de forma minuciosa, bem como a sua estrutura e sua importância na sociedade, para assim compreendermos como funciona a organização retórica no artigo de opinião e de que modo essa organização retórica pode ajudar a organizar informações e argumentações que o articulista usa para convencer o leitor.

Para sustentação teórico-metodológica, utilizamos o modelo CARS criado por John M. Swales, tendo duas versões, a primeira formulada em 1981 e a segunda versão em 1990. Conforme Swales (1990), o conceito de gênero diz respeito à forma e ao conteúdo característico de um texto, aos propósitos e a determinadas comunidades discursivas (SWALES, 1990) e aspectos socioculturais.

Para sistematizar sua proposta sociorretórica de análise de gêneros, Swales parte da classificação dos diversos tipos de discurso: expressivo, persuasivo, literário e referencial. Portanto, um texto pertence a uma determinada função discursiva, tendo como alvo o receptor. No entanto, como assevera Biasi-Rodrigues (2003), Swales considera o contexto do discurso e entende o gênero como uma ação social no sentido proposto por Miller (1984), situado em relações dialógicas tal como proposto também por Bakhtin (2003[1952-3/1979]).

Assim, o presente trabalho está dividido em seções. Na primeira seção, apresentaremos algumas definições sobre o gênero artigo de opinião, sendo destacadas características do referido gênero, estrutura, função e o papel social que ele desempenha na sociedade. Na segunda seção, destacaremos a abordagem sociorretórica de gêneros, sendo apresentada a contextualização da proposta de Swales bem como o modelo CARS que utilizaremos para analisar o artigo de opinião. Na terceira seção, discutiremos sobre encaminhamentos metodológicos e apresentaremos uma adaptação do modelo CARS de Swales (1990) que servirá como categoria de análise para os dados e, por fim, as considerações finais.

1 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES

O artigo de opinião é um dos gêneros mais comuns no cotidiano das cidades. Geralmente

é publicado em revistas, jornais e blogs, é um texto em que o autor, o articulista, expõe seu posicionamento por meio de argumentos, com a finalidade de persuadir o leitor acerca de determinado ponto de vista relacionado a algum assunto relevante para a sociedade. Através de temas polêmicos, os autores almejam a tomada de posição por parte dos leitores, espectadores e ouvintes dos artigos de opinião.

A finalidade comunicativa do gênero é analisar, avaliar e responder a uma questão por meio da argumentação. Cada parágrafo contém habitualmente um argumento que dá suporte à conclusão geral. Para o articulista convencer, é necessário expor bons argumentos e também argumentos contrários à sua tese apresentada, subsidiados por verdades e opiniões, objetivando mostrar a fragilidade desses argumentos contraditórios. Sobre isso, Bräkling assevera que:

O artigo de opinião é um gênero discursivo no qual se busca convencer o outro de uma determinada ideia, influenciá-lo, transformar seus valores, por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê operação constante de sustentação de afirmações realizadas, por meio de apresentação de dados consistentes, que possam convencer o interlocutor (BRÄKLING, 2000, p. 226).

Ainda de acordo com Bräkling, esse gênero é primordialmente argumentativo e visa convencer o outro por meio de argumentos utilizados, com o intuito de persuadir e transformar os valores do leitor. De acordo com Beltrão (1980) o artigo de opinião é um meio natural de o jornalista expressar, na imprensa opinativa, sua visão, cabendo a ele, o papel de manifestar sua opinião sobre os problemas em foco, analisando e comentando-os simultaneamente, em sessões ao seu encargo e em matérias por ele firmadas.

A partir de algumas características identificadas no artigo de opinião, tal como caráter informativo, podemos defini-lo como um dos gêneros jornalísticos. De acordo com Melo (2003), os gêneros jornalísticos podem servir para integrar um diálogo entre o jornal e o leitor. É através da exigência dos leitores que os conteúdos se modificam. Melo (2003) assevera ainda que o artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-o não um privilégio da instituição jornalística e dos profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade.

O artigo de opinião, por seguir uma linha argumentativa, geralmente começa pela identificação do tema, seguido por uma tomada de posição adotada, inicialmente, pelo seu autor, o qual se vale pelo seu conhecimento de mundo e de assuntos de interesse comum. Uma característica muito peculiar desse tipo de gênero textual é a persuasão, a qual é usada constantemente como ferramenta para seduzir o leitor a adotar a opinião do autor.

Além dessas características citadas acima, o artigo de opinião faz uso constante dos sinais de exclamação e interrogação como elementos responsáveis, também para o bom entendimento e leitura do artigo. Conforme Azeredo (2008), um texto bem pontuado há de ser, é claro, aquele em que a pontuação constitui uma pista segura para a apreensão do sentido pretendido por seu autor.

Para Perelman (1998), a argumentação objetiva provocar ou aumentar a adesão do interlocutor às teses apresentadas ao seu consentimento. Nesse sentido, por se tratar de um texto argumentativo e opinativo, ele é carregado de marcas pessoais do autor, por vezes se apresenta de forma subjetiva.

O artigo de opinião geralmente é escrito em primeira pessoa, todavia, pode aparecer em terceira pessoa. Em alguns casos o autor recorre a outros autores para manter o diálogo no texto, ao que chamamos de polifonia ou “outras vozes”, que seria o diálogo do autor mantido com os autores que são citados dentro do próprio texto. Bakhtin (1979) conceitua polifonia como sendo a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam.

No que diz respeito à função social, os artigos de opinião desenvolvem um importante papel na sociedade, pois é um meio de interação entre o autor e o leitor, visto que abordam questões polêmicas e que levam à reflexão, possibilitando ao leitor rever seus ideais e seus valores podendo aceitá-los ou contestá-los, dependendo da forma com que reage às informações expostas. Além disso, o leitor pode criar uma nova perspectiva, se tornando apto a participar de situações e assumindo atitudes responsivas diante dos acontecimentos em seu meio social.

Cabe destacar, como lembra Bronckart (1997), que algumas dimensões são importantes para o reconhecimento e produção dos gêneros, ou seja, características do contexto de produção (enunciador, assunto, finalidade comunicativa), as quais determinam a configuração do artigo de opinião.

Nesse sentido, de acordo com Boff *et al* (2009) normalmente, esse gênero situa-se na seção destinada à emissão de opiniões e sua publicação tem certa periodicidade (semanal, mensal, quinzenal). Portanto, o espaço físico que ele ocupa é limitado, normalmente de meia a uma página, dependendo do veículo de publicação.

Por tudo isso, entendemos que o artigo de opinião tem muita importância na sociedade, pois além de informar, esse gênero permite, através do discurso do articulista, que o leitor adote as ideias ali apresentadas, as refute ou as complemente, sempre a partir de uma atitude ativo-responsiva (BAKHTIN, 2003[1952-3/1979]) por meio de argumentos bem fundamentados e

articulados. É desse modo que autor do artigo expõe seu propósito comunicativo e assim alcança seu objetivo que é persuadir o leitor.

Na próxima seção apresentaremos a abordagem sociorretórica de gêneros, embasados em autores que estudam sobre essa abordagem. Tal qual John Swales, que criou um modelo de análise para identificar a organização retórica.

2 ABORDAGEM SOCIORRETÓRICA DE GÊNEROS

Situa-se nosso estudo no campo das pesquisas que tratam de gêneros textuais como artefatos socioculturais e que atendem a determinadas ações sociais, retóricas e tipificadas (MILLER, 1984, SWALES, 1981, 1990; BAZERMAN, 2005). É necessário, também, esclarecer como a categoria gênero (neste caso textual) é visto na abordagem sociorretórica. A abordagem sociorretórica compreende gênero como ação social, entendendo-o seja ele oral ou escrito como um evento comunicativo que tem a finalidade de atingir determinados propósitos comunicativos numa determinada situação social e em uma comunidade discursiva específica.

Para chegar a essa concepção de gênero, Swales utilizou-se das seguintes abordagens: estudos de folclore, que busca classificar os gêneros a fim de oferecer uma tipologia, dando importância à permanência da forma; estudos literários, em que os críticos e teóricos de literatura destacam a sua não estabilidade; estudos da linguística, os gêneros realizam propósitos sociais e os faz através do discurso; estudos da retórica que têm interesse pela classificação dos diversos tipos de discurso, ilustrados pelas categorias de expressivo, persuasivo, literário e referencial, proposto por Kineavy (1971).

A partir desse conjunto de referenciais teóricos, Swales (1990) conceitua gênero textual como evento comunicativo em que ocorre a utilização da língua, numa determinada situação de discurso, envolvendo uma série de fatores não só linguísticos, mas também socioculturais e sociais. Nesse sentido, assevera o autor que uma das características importantes para entendermos os gêneros textuais na abordagem sociorretórica é compreendermos como acontece os eventos comunicativos e que os gêneros partilham um ou mais propósitos comunicativos, muito embora esses propósitos possam não estar manifestados explicitamente ou não serem facilmente identificados.

Tais propósitos comunicativos a que os gêneros se propõem a realizar podem ser entendidos como objetivos comunicativos que o autor pretende alcançar ao produzir determinados textos exemplares de gêneros (COSTAVAL, 1991), ou seja, enunciados concretos que apresentam conteúdo, temática e significações. Todavia, há gêneros que podem

atender a conjuntos de propósitos comunicativos, como por exemplo, um programa de notícias, que pode tanto informar e orientar como formar a opinião pública, nesse sentido a identificação do propósito do gênero torna-se um ponto conceitual problemático (BIASI-RODRIGUES, 2003).

De acordo com Swales (1990) não é impossível entendermos e interpretarmos um texto apenas pela análise linguística, pois conforme o autor, o texto deve ser analisado em seu contexto mais amplo (social e cultural), ou seja, a análise do gênero depende de conhecimentos que ultrapassam a materialidade linguística, como por exemplo, a comunidade discursiva, seus valores e expectativas. Desse modo, Swales definiu gênero da seguinte maneira:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero (SWALES, 1990, p. 58).

O conceito de propósito comunicativo, na perspectiva sociorretórica de Swales, passa a ser um dos elementos chaves para a definição de gênero assumida pelo autor como vimos na citação, pois o autor considera que não somente a forma textual, mas as escolhas tanto de conteúdo quanto de estilo, feitas pelos enunciadores no ato da produção de um determinado gênero, são fundamentais para a compreensão. Ou seja, “isso quer dizer que o gênero se mantém focalizado em uma determinada ação retórica graças ao propósito comunicativo” em uma determinada comunidade discursiva (BIASI-RODRIGUES, 2003, p. 730).

Além disso, outro conceito fundamental na abordagem de Swales (1990) é comunidade discursiva. Esta é formada por um grupo de pessoas que se reúnem em torno de objetivos comunicativos comuns, mas que não compartilham o mesmo lugar físico. Diferentemente da visão proposta pela sociolinguística de comunidade de fala, na qual a principal necessidade é a de socialização (que reflete no comportamento linguístico), na comunidade discursiva essa necessidade é funcional, visto que a comunidade se forma no intuito de atingir objetivos primeiros à socialização ou solidariedade (SWALES, 1990).

Em 1990, Swales criou o conceito de comunidade discursiva e provocou discussões no campo acadêmico, uma vez que esse conceito serviu para avaliar grupos já existentes, mas não forneceu meios de analisar o processo de formação de grupos novos para atuarem na comunidade discursiva. Um dos pontos fracos deste conceito está no fato de que a comunidade

discursiva era concebida como um grupo verdadeiro e estável, marcado pelo consenso em suas posições.

Para Biasi-Rodrigues e Hemais (2005) reconhecendo as falhas dessa classificação, Swales se alinha aos estudiosos que consideram o contexto do discurso e prefere uma abordagem analítica que estuda os exemplos de gêneros para chegar a fatores retóricos que de outra forma poderiam passar despercebidos. Swales passa então a fazer distinção entre comunidade discursiva local, na qual os membros trabalham juntos e comunidade discursiva global, em que os membros têm compromisso com diversos tipos de ação e discurso. Ele propôs ainda o conceito de comunidade discursiva de lugar como um grupo de pessoas que trabalham juntas e que tem uma noção estável, embora em evolução, dos objetivos propostos pelo seu grupo.

Portanto, a perspectiva teórica inicial de Swales define o gênero como uma classe de eventos comunicativos, com um propósito comunicativo realizado por comunidades discursivas que reconhecem a lógica que jaz ao gênero. Os gêneros, nesse sentido, possuem repertório, desenvolvem um léxico particular e apresentam convenções discursivas e valores adequados a cada comunidade discursiva.

2.1 O Modelo *Cars* de Swales

Para definir a organização retórica dos gêneros, Swales elaborou então um modelo que defendia a possibilidade de reconhecer essa organização a partir das informações dispostas no texto, intitulado CARS (*Created A Research Space*). A nomenclatura CARS, segundo o próprio Swales, se deve em função de uma tentativa de proximidade com a noção de ecossistema. Com o intuito de identificar as regularidades em determinados exemplares de gêneros, o modelo foi criado para servir à análise de introdução de artigos acadêmicos.

O modelo de 1981 surgiu a partir da análise de um *corpus* de introduções de artigos científicos em inglês, objetivando verificar sua estrutura retórica e, consistia em apontar regularidades de movimentos retóricos presentes nos gêneros, apresentando quatro movimentos (*moves*), os quais: a) Estabelecendo o campo de pesquisa; b) Sumarizando pesquisas prévias; c) Preparando a presente pesquisa; e, d) Introduzindo a presente pesquisa. Este modelo era restrito apenas para análise de introduções de artigos, sendo assim, Swales em 1990 reestruturou um novo modelo para oportunizar estudos de diversos outros gêneros.

A nova versão do modelo CARS atualizado em 1990 serviu como suporte para a análise de diversos outros gêneros. Apresenta três movimentos, os quais: a) estabelecer o território; b) estabelecer o nicho e c) ocupar o nicho. A partir dessa nova versão diferentes adaptações do

modelo de Swales foram e estão ainda sendo feitas e testadas para analisar os mais diversos gêneros.

Dentre os trabalhos produzidos a partir de adaptações do modelo de *CARS*, destacamos: Motta-Roth (1995) em resenhas de livros acadêmicos; Biasi-Rodrigues (1998) resumos de dissertações de mestrado; Bezerra (2002) resenhas acadêmicas; Souza (2004) em editorias; Zeng (2009) em artigos científicos na área de esportes e medicina; Francischini (2008) em crônicas jornalísticas, Gomes e Pinheiro (2014, 2016) que estudaram a organização retórica de exemplares do gênero história em quadrinhos e de resenhas de livros feitas por alunos da educação básica.

Os “movimentos” (*moves*) utilizados por Swales (1990), os quais podem ser associados à metáfora ecológica para a escolha dos nomes desses movimentos (*estabelecer o território, estabelecer o nicho e ocupar o nicho*). Nessa reestruturação, o autor apresenta subcategorias chamadas de “passos” (*steps*), ou subfunções que são os pequenos elementos responsáveis pela constituição da mensagem no texto.

No quadro 1 será apresentado o modelo *CARS* de Swales, a segunda versão (1990). O qual contém três movimentos, subdivididos em passos, responsáveis por analisar as partes e funções de determinado texto.

Quadro 1: O modelo *CARS* para análise de introdução de artigos de pesquisa - 2a versão

- **MOVIMENTO I – ESTABELECE O TERRITÓRIO**
 Passo 1 – Estabelecer a importância da pesquisa e/ou
 Passo 2 – Fazer generalizações e/ou
 Passo 3 – Revisar a literatura
- **MOVIMENTO II – ESTABELECE UM NICHU**
 Passo 1A – Contra argumentar ou
 Passo 1B – Indicar lacunas no conhecimento estabelecido ou
 Passo 1C – Provocar questionamentos ou
 Passo 1D – Continuar a tradição
- **MOVIMENTO III – OCUPAR O NICHU**
 Passo 1A – Delinear os objetos ou
 Passo 1B – Apresentar a pesquisa
 Passo 2 – Apresentar os principais resultados
 Passo 3 – Indicar a estrutura do artigo

Fonte: Swales (1990, p. 41).

O primeiro movimento, *estabelecer o território* - estabelece a área de pesquisa, delimita o território da pesquisa, coleta-se e analisam-se informações para esclarecer a importância da pesquisa, além do autor apresentar o *locus* da pesquisa, que por conseguinte, é bastante vasto e tenta trazer o foco da comunidade discursiva da qual surge e a quem se destina.

O segundo movimento, *estabelecer um nicho* – neste o esforço retórico tem a tendência de diminuir, e o nicho em evidência é demarcado dentro de seu lugar antecipadamente determinado. Os passos são: contra argumentar ou; indicar lacuna/s no conhecimento ou; provocar questionamento ou; continuar a tradição, enfraquecendo os possíveis questionamentos.

O terceiro movimento, *ocupar o nicho* – pode ser compreendido como o lugar de fato da pesquisa, nele os passos traçam os objetos, apresentam a pesquisa e os resultados obtidos, além de indicar a estrutura do texto.

É válido lembrar que em alguns trabalhos o nome “passos” e “movimentos” ganharam outras denominações, como as utilizadas por Santos (1995), “movimento e submovimento”; Motta-Roth e Hendges (1996), “movimento e subfunção”; e por Rodriguez (1998), unidade e subunidade retórica, o qual também faremos o uso.

Ressaltamos que os movimentos (moves) são unidades funcionais e não formais, isto é, eles preocupam-se com a funcionalidade de cada tópico. De acordo com Swales (1990), o *move* é uma unidade discursiva ou retórica que realiza função comunicativa no discurso oral ou escrito.

Tais unidades retóricas refletem os propósitos comunicativos que os membros de uma mesma comunidade desejam compartilhar, propósitos esses que constituem o alicerce do gênero e são responsáveis por modelar a estrutura esquemática do discurso, influenciando e limitando a escolha de conteúdo e estilo. Portanto, o modelo *CARS* além de mostrar que o conceito de gênero textual diz respeito à forma e ao conteúdo característico que se propõe a expor, ele também envolve uma série de fatores sociais.

Na próxima seção apresentaremos os encaminhamentos metodológicos utilizadas para a construção deste trabalho. A presentaremos a abordagem de pesquisa e o tipo de pesquisa a qual nos serviu para obtenção dos resultados, bem como o que nos motivou para a realização desta pesquisa. Mostraremos a organização retórica do artigo de opinião, algumas características da estrutura deste gênero e a adaptação do modelo *CARS*, a partir da análise de 18 artigos de opinião. Demonstraremos como ocorreu o processo de análise dos textos para assim, alcançar os objetivos do trabalho.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem como propósito expor as definições de caráter metodológico utilizadas na produção de nossa pesquisa, apresentar o gênero em estudo e a sua organização retórica, apresentar nossa proposta de organização retórica do artigo de opinião com base em uma

adaptação no modelo de análise de gêneros de Swales (1990) e Oliveira (2004) e demonstrar os movimentos retóricos; mapeamento os movimentos retóricos; e a recorrência dos movimentos nos artigos de opinião, bem como os resultados obtidos na análise.

O interesse pelo estudo da organização retórica no artigo opinião surge a partir da motivação de compreendermos de que modo a apresentação retórica pode ajudar a organizar informações e argumentos para convencimento do leitor por parte do articulista, não só pelo viés do propósito comunicativo desse gênero, mas também no sentido de se considerar o contexto social que o circunscreve, isto é, sua localização em uma determinada comunidade discursiva (SWALES, 1981, 1990).

Cabe destacar, como mencionado anteriormente, que há muitos trabalhos que propõe adaptações do estudo do modelo *CARS* para o ensino e aprendizagem de gêneros nas práticas do letramento escolar, como é o caso do trabalho de Gomes e Picanço (2015, 2016), Oliveira (2004), Bonini (2004), Lima (2007), entre outros. A proposta de Swales (1990) do modelo de análise de gênero a partir de movimentos retóricos e passos consideram conforme defende Biasi-Rodrigues (2003) a preocupação com as aplicações de conceitos mais amplos de gênero no ensino e, em nosso caso, interessa-nos, primeiramente, a realização do reconhecimento dos movimentos para, em outra pesquisa, ser possível a aplicação desses movimentos em contextos escolares ou em uma proposta didática.

Metodologicamente, situamos a presente pesquisa como de abordagem qualitativa-interpretativista (MOITA-LOPES, 1994, CHIZZOTTI, 2006), sendo feito, também, um levantamento quantitativo dos movimentos retóricos presentes nos exemplares em análise do gênero artigo de opinião. Assim, neste trabalho, utilizamos a análise documental como técnica de coleta de dados. Visto que ela é uma importante ferramenta na pesquisa qualitativa, seja para complementar informação obtida por outras técnicas ou para desvelar aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

3.1 O gênero Artigo de opinião e sua organização retórica

Considerando que nosso objetivo geral é analisar a organização retórica do artigo de opinião a partir da abordagem sociorretórica objetivamos especificamente descrever os principais movimentos recorrentes com a finalidade de apresentar uma proposta de modelo de análise da organização retórica existente no artigo de opinião.

Nesse sentido, para conhecermos melhor o artigo de opinião, além de suas características já apresentadas, é importante ter o conhecimento da estrutura deste gênero. Para

elaborar seu texto, o autor parte da temática em questão, ele procura produzir seu texto apresentando temas polêmicos e controversos que estão em grande destaque na sociedade e exige do autor uma tomada de posição. Assim sendo, para a elaboração deste gênero, é necessário o autor colocar-se no lugar do outro, expor seu ponto de vista, justificativas, negociações, apresentar sua posição de modo a persuadir o leitor.

O artigo de opinião apresenta, de forma genérica, a seguinte estrutura: apresentação do tema e da situação-problema; discussão e solução-avaliação. Essa estrutura caracteriza o artigo de opinião e o diferencia dos demais gêneros pertencentes à comunidade discursiva da esfera jornalística. Sendo assim, além da temática apresentada, o problema a ser discutido, bem como a solução para esse problema, que leve o leitor a uma reflexão acerca do assunto. Essas características da estrutura podem variar de nome conforme a necessidade de cada autor, assim sendo, o artigo de opinião pode ser composto de diversas formas.

A apresentação do tema traz a temática a ser desenvolvida para situar o leitor sobre o que será abordado no decorrer do texto. A situação-problema levanta os questionamentos, utiliza afirmações gerais e específicas sobre o assunto, objetivando guiar o leitor ao longo do texto. Na discussão, são apresentados os argumentos pelos quais o articulista constrói sua opinião a respeito da questão abordada para, assim, sustentar a argumentação. Assim, ele expõe fatos concretos, dados e exemplos, bem como sequências narrativas, descritivas e explicativas, tudo isso para elaborar um artigo de opinião claro e conciso. Na solução-avaliação o articulista responde à situação-problema, através de argumentos aprofundados, sendo elucidada a questão, reafirmada a posição ou apreciando o tema abordado.

Para Perfeito (2006), as características da estrutura do artigo de opinião se apresentam da seguinte forma: contextualização da questão a ser discutida; explanação do posicionamento; utilização de argumentos para sustentar posicionamento; consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida; utilização de argumentos que refutam a posição contrária; retomada da posição assumida; possibilidades de negociação e conclusão.

O gênero possui também alguns aspectos relacionados à linguagem, que segundo Bräkling (2000) são levados em consideração a organização do discurso, quase sempre, em terceira pessoa; o uso do presente do indicativo ou do subjuntivo na apresentação das ideias, argumentos e contra-argumentos; a possibilidade de utilização do pretérito; a presença de discursos alheios; a articulação coesiva sustentada por operadores argumentativos e uso dos modalizadores discursivos.

3.2 Análise dos artigos de opinião no Modelo CAR

Para adaptação do modelo Swales (1990), foram selecionados seis artigos de três autores com temáticas distintas para totalização de dezoito artigos. Para que pudéssemos chegar até o modelo de movimentos retóricos e subunidades, fez-se necessária a realização de comparações entre os exemplares do gênero em questão. Os textos selecionados encontram-se disponíveis no anexo deste trabalho.

No quadro 2 será apresentado os 18 artigos de opinião dos três articulistas selecionado. Utilizou-se a legenda de T1 a T6 para identificar os textos, os quais podem ser encontrados em anexo.

Quadro 2: Artigos de Opinião Selecionados

MAÍLSON DA NOBRÉGA	CLAUDIO DE MOURA	LYA LUFT
T1: A descrença no sistema de preços	T1: Escola ideal para alunos não ideais	T1: A vida real
T2: Em plena ressaca mais um pileque	T2: Meio milhão de zeros no ENEM	T2: O sentido das coisas
T3: Crise e mediocridade	T3: O pior ensino médio do mundo?	T3: Podemos ser mais dignos? Podemos
T4: Riscos dos freios à terceirização	T4: Envelhecer é uma arte	T4: A violência não é uma fantasia
T5: A irresponsabilidade fiscal do congresso	T5: É culpa dos reitores	T5: Medo e preconceito
T6: PSDB moderniza visão sobre federalismo	T6: O autor decifra seus leitores	T6: Rio de lama, rio de lágrimas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os dezoito artigos selecionados são da Revista Veja. Escolhemos esta por ser conhecida e por abordar temas importantes para a sociedade. Os textos são de autoria de Maílson de Nóbrega, Claudio de Moura e Lya Luft, todos colunistas da revista.

Maílson de Nóbrega é economista e já foi Ministro da Fazenda, os seis textos abordam a questão do cenário da política no Brasil. Claudio de Moura é economista, e é especialista em educação, os seis textos tem como temática a educação. Lya Luft é escritora e tradutora, a autora se descreve como “fascinada pelo lado complicado”, os seis textos tratam de temáticas relacionadas a subjetividade, ao cotidiano.

No quadro 3 será apresentado a análise realizada após a leitura minuciosa dos textos, ressaltando o mapeamento de movimentos retóricos. O quadro está dividido em quatro unidades retóricas e suas subunidades para cada um dos textos de: Maílson da Nóbrega, Cláudio de Moura e Lya Luft.

Quadro 3: Mapeamento de movimentos retóricos.

		TEXTOS: MAÍLSON DA NOBRÉGA					
UNIDADES RETÓRICAS	SUBUNIDADES	T1	T2	T3	T4	T5	T6
UNIDADE RETÓRICA 1 TEMA	Subunidade 1A: Apresenta fatos jornalísticos	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 1B: Apresenta antecedente(s) do tema em questão	X	---	X	---	X	X
UNIDADE RETÓRICA 2 TOMADA DE POSIÇÃO	Subunidade 2A: Formula tese(s) e apresenta argumento(s) que o justificam	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 2B: Apresenta estratégias argumentativas de persuasão	X	X	X	X	X	X
UNIDADE RETÓRICA 3 AValiação	Subunidade 3A: Apresenta juízo(s) de valore(s) sobre tese, utilizando operadores argumentativos para introduzir a avaliação e/ou	X	X	X	X	---	X
	Subunidade 3B: Apresenta causa(s) e consequência(s)	X	X	---	---	X	---
UNIDADE RETÓRICA 4 CONCLUSÃO	Subunidade 4A: Apresenta conclusão(ões) e/ou	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 4B: Retomada da tese reafirmando-a	X	---	X	x	X	X
UNIDADES RETÓRICAS	SUBUNIDADES	T1	T2	T3	T4	T5	T6
UNIDADE RETÓRICA 1 TEMA	Subunidade 1A: Apresenta fatos jornalísticos	---	X	X	X	X	---
	Subunidade 1B: Apresenta antecedente(s) do tema em questão	X	---	X	---	X	X
UNIDADE RETÓRICA 2 TOMADA DE POSIÇÃO	Subunidade 2A: Formula tese(s) e apresenta argumento(s) que o justificam	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 2B: Apresenta estratégias argumentativas de persuasão	X	X	X	X	X	X
UNIDADE RETÓRICA 3 AValiação	Subunidade 3A: Apresenta juízo(s) de valore(s) sobre tese, utilizando operadores argumentativos para introduzir a avaliação e/ou	---	X	X	X	X	---
	Subunidade 3B: Apresenta causa(s) e consequência(s)	---	X	X	X	---	X
UNIDADE RETÓRICA 4 CONCLUSÃO	Subunidade 4A: Apresenta conclusão(ões) e/ou	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 4B: Retomada da tese reafirmando-a	---	X	---	x	X	---
		TEXTOS DE LYA LUFT					
UNIDADES RETÓRICAS	SUBUNIDADES	T1	T2	T3	T4	T5	T6
UNIDADE RETÓRICA 1 TEMA	Subunidade 1A: Apresenta fatos jornalísticos	X	X	---	---	---	---
	Subunidade 1B: Apresenta antecedente(s) do tema em questão	X	X	X	X	X	X
UNIDADE RETÓRICA 2 TOMADA DE POSIÇÃO	Subunidade 2A: Formula tese(s) e apresenta argumento(s) que o justificam	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 2B: Apresenta estratégias argumentativas de persuasão	X	X	X	X	X	X

UNIDADE RETÓRICA 3 AVALIAÇÃO	Subunidade 3A: Apresenta juízo(s) de valor(s) sobre tese, utilizando operadores argumentativos para introduzir a avaliação e/ou	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 3B: Apresenta causa(s) e consequência(s)	X	X	---	---	---	---
UNIDADE RETÓRICA 4 CONCLUSÃO	Subunidade 4A: Apresenta conclusão(ões) e/ou	X	X	X	X	X	X
	Subunidade 4B: Retomada da tese reafirmando-a	X	X	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir da leitura criteriosa dos textos, pudemos observar seus movimentos retóricos em cada texto. Compreendemos que as quatro unidades retóricas estão presentes em todos os dezoito textos, porém as subunidades não foram identificadas em sua totalidade. O gênero artigo de opinião nos mostra que os movimentos dependem da função a qual são idealizadas. Percebemos então que os movimentos retóricos do gênero aqui estudado constituem a sua composição, ajuda o leitor na identificação deste gênero.

No quadro 4 será apresentado os resultados obtidos através do mapeamento de movimentos retóricos, mostraremos a recorrência em cada unidade retórica, bem como nas subunidades. Demonstraremos o percentual das recorrências encontradas nos artigos.

Quadro 4: Recorrência de movimentos retóricos nos 18 artigos de opinião

	SUBUNIDADES	Recorrência	%
UNIDADE RETÓRICA 1 TEMA: 18	Apresenta fatos jornalísticos	13 artigos	72%
	Apresenta antecedente(s) do tema em questão	16 artigos	88%
UNIDADE RETÓRICA 2 TOMADA DE POSIÇÃO: 18	Formula tese(s) e apresenta argumento(s) que o justificam	18 artigos	100%
	Apresenta estratégias argumentativas de persuasão	18 artigos	100%
UNIDADE RETÓRICA 3 AVALIAÇÃO: 18	Apresenta juízo(s) de valor(s) sobre tese, utilizando operadores argumentativos para introduzir a avaliação e/ou	15 artigos	83%
	Apresenta causa(s) e consequência(s)	09 artigos	50%
UNIDADE RETÓRICA 4 CONCLUSÃO: 18	Apresenta conclusão(ões) e/ou	18 artigos	100%
	Retomada da tese reafirmando-a	10 artigos	55%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após analisarmos os dezoito artigos, constatamos a recorrência das quatro unidades retóricas demonstrados no quadro acima predominantes em todos os artigos, com ênfase para a unidade retórica 2 (tomada de posição), em que se predominam a subunidade 2A (formula tese e apresentam argumentos que a justifiquem) e 2B (apresenta estratégias argumentativas de persuasão) tendo o número máximo percentual de recorrências presentes nos exemplares, o que corresponde a 100% entre todas as outras subunidades citadas nas três unidades retóricas analisadas.

Em seguida, em semelhança ao amplo número, trazemos a subunidade 4A (conclusão) da unidade retórica 4 que detém igualmente os 100% de sua totalidade apresentada. Percebemos através dessas recorrências que os autores se preocupam em expor, criteriosamente, a formulação dos argumentos, assim como também apresentam a seleção das estratégias argumentativas para explorar os seus conteúdos presentes em seus exemplares. Em contra partida, observamos que o julgamento dos dados percentuais, conferidos na subunidade 3B (apresenta causas e consequências) com demonstração de 50% da unidade retórica 3 e a 4B (retomada da tese reafirmando-a) com 55% da unidade retórica 4, aparecem menores índices, somente 50% e 55% em seus corpus respectivamente, o que nos faz compreender que a maior parte dos autores talvez não se atentem em destacar em seus exemplares esses seguimentos como proposta de convencimento para os leitores.

Por conseguinte, nas subunidades 1A, 2B e 3A oferecem índices próximos com percentuais 72%, 88% e 83% respectivamente, presentes na unidade retóricas 1, a subunidade 1A e 2B e a subunidade 3A na unidade retórica 3. Assim, concluimos com base nas análises percentuais do total do corpus dos artigos de opinião, que os itens nas subunidades 2^a (formula tese e apresenta argumentos que a justificam), 2B (apresenta estratégias argumentativas de persuasão) e 4A (apresenta conclusão) são para os articulistas conteúdos essenciais presentes em suas escritas, pois estão comprovados em todos os 18 artigos. Já os restantes dos conteúdos que estão presentes nas outras subunidades são considerados como informações secundárias, ou seja, podendo ou não aparecer descritos em sua composição. Logo, concluimos que os escritores estabelecem como foco, em sua multiplicidade, preferencialmente categorias que atingem diretamente seus leitores fazendo com que seus objetivos sejam alcançados mais facilmente, ratificando assim uma das principais características que corresponde ao que o gênero artigo de opinião se propõe, que é a persuasão.

Com a finalização das análises a respeito da organização retórica dos exemplares dos artigos de opinião da Revista Veja e a descrição dos principais movimentos recorrentes, conseguimos estabelecer nossa proposta de modelo da organização retórica dos artigos de opinião que se constitui de 4 (quatro) unidades maiores denominadas de unidades retóricas e de 8 (oito) unidades menores, denominadas de subunidades retóricas. A denominação *unidade retórica*, aqui adotada, segue a terminologia de Rodrigues (1998), caracterizada como a identificação de unidades temáticas básicas. Os recursos de orientação das informações em cada uma das unidades básicas, em formas opcionais, são intitulados subunidades retóricas. Adotaremos aqui o termo unidade retórica, tal qual no trabalho de Rodrigues, como nos mostra o Quadro a seguir:

No Quadro 5 será apresentado o nosso modelo de proposta de análise da organização retórica. O Quadro apresenta 4 unidades retóricas com duas subunidades retóricas cada.

Quadro 5: Esquema da organização retórica do gênero artigo de opinião

<p><i>Unidade retórica 1 – Apresentação do tema</i> Subunidade 1A – Apresenta fatos jornalísticos Subunidade 1B – Apresenta antecedente(s) do tema em questão</p>
<p><i>Unidade retórica 2 - Apresentação de uma tomada de posição</i> Subunidade 2A – Formula tese(s) e apresenta argumento(s) que o justificam Subunidade 2B – Apresenta Estratégias argumentativa de persuasão</p>
<p><i>Unidade retórica 3 – Avaliação</i> Subunidade 3A – Apresenta juízo(s) de valor(es) sobre tese, utilizando operadores argumentativos textuais discursivos para introduzir a avaliação e/ ou, Subunidade 3B – Apresenta causa(s) e consequência(s)</p>
<p><i>Unidade retórica 4 – Conclusão</i> Subunidade 4 A- Apresentando conclusão(ões) e/ ou Subunidade 4 B – Retomada da tese reafirmando-a</p>

Fonte: Autoras.

Como visto no quadro 5 (cinco), são apresentadas quatro unidades retóricas, além de mecanismos de condução das informações em cada uma destas unidades, denominadas subunidades retóricas. O quadro possibilita um melhor entendimento da organização retórica para exemplares do gênero artigo de opinião. Cabe ressaltar que não estamos tomando o quadro com os movimentos retóricos como categorias fechadas para análise de exemplares do gênero artigo de opinião, mas como possibilidades que podem auxiliar na compreensão da organização composicional desse gênero.

Nesse sentido, reconhecemos que outros movimentos podem surgir durante o processo de análise, bem como subfunções podem aparecer. Com essa proposta de modelo de análise da organização retórica do gênero artigo de opinião o professor poderá fazer uso como suporte em seu ambiente escolar, pois leva o aluno a capacidade de desenvolver a autonomia no processo da leitura e produção de textos, bem como propiciar sua inclusão participativa no contexto social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral, analisar a organização retórica encontrada nos artigos selecionados e, para alcançar esses objetivos, duas questões foram primordiais: analisar e identificar movimentos retóricos recorrentes nos artigos de opinião escolhidos e coletar os dados identificados para o surgimento/adaptação de uma tabela que poderá servir como modelo de análise para futuros pesquisadores que buscam aprofundar seus estudos em relação ao tema exposto, podendo ser adaptada para a organização desses movimentos retóricos.

O resultado da análise dos dezoito artigos de opinião aponta uma constância na composição dos artigos, onde as quatro unidades retóricas, apresentação do tema; apresentação de uma tomada de posição; avaliação e conclusão foram encontradas no texto, contudo suas respectivas subunidades não tenham se mostrado presentes na organização de todos os artigos, assim podemos admitir que há uma flexibilidade, quando se trata das informações contidas nas subunidades, pois comprova que existem maneiras reservadas de escrita de cada autor.

O gênero artigo de opinião pode ser publicado em jornais (periodicidade diária) ou revistas impressas ou online (periodicidade semanal ou mensal), em blogs ou sites pessoais e institucionais (periodicidade aleatória). Além disso, é produzido, normalmente, logo após algum fato ou acontecimento relevante na sociedade, que tenha despertado ou provocado no articulista (participante produtor) à vontade ou necessidade de, enquanto cidadão, analisar a situação, se posicionar e defender tal posição por meio da argumentação, desta forma, visto que o gênero em questão apresenta marcas características e exhibe a presença de unidades retóricas recorrente no gênero em questão, traçamos um modelo de organização retórica, com dados extraídos dos artigos de opinião apresentamo-los como sugestões de atividades para subsidiar a prática de pesquisa e escrita em sala de aula.

Em suma, é importante ressaltar que essa proposta de análise não deve ser estudada como grupos fechados, mas sim com probabilidade de surgimento de vários outros movimentos e subunidades no decorrer dos textos. Espera-se com essa sugestão de tema contribuir com o avanço nos estudos na área da linguagem e, principalmente, do conhecimento didático relacionado a leitura e a escrita do gênero artigo de opinião, fazendo assim o professor exercitar com mais frequência essas competências com seus alunos a partir de situações-problema e ainda usar como suporte em seu ambiente escolar, bem como propiciar sua inclusão participativa no contexto social.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N.. **Marxismo de filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1992 [1929].
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, tipificação e interação**. São Paulo. Editora Cortez, 2005.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BONINI, A. **Gênero textual/discursivo: o conceito e o fenômeno**. In: CRISTOVÃO, V. L. L.; NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Gêneros textuais: teoria e prática**. Londrina: Moriá, 2004. p. 3-17.
- BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009.
- BRÄKLING, K. L. **Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro**. In: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- BIASI-RODRIGUES, B. **O papel do propósito comunicativo na análise de gêneros: diferentes versões**. 2007
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de Linguagens, texto e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1997/99.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FRANCISCHINI, Juliana. **A crônica jornalística em uma perspectiva sócio-retórica: organização textual e processo de produção**. (Mestrado em Ciências da Linguagem - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2008).
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas 2008.
- GOMES, R. ; PINHEIRO, L. **Análise dos movimentos retóricos no gênero tira: contribuições para o ensino de língua materna/portuguesa**. Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso (Letras) – Universidade Federal do Amapá, 2015.

HEMAIS, B; RODRIGUES, B. **A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais**, 2005.

KINNEAVY, J. L. **A theory of discourse: the aims of discourse**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall International, 1971.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MILLER, C. R. **Gênero como ação social. Tradução de Judith Hoffnagel**. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. (Orgs.). *Gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 21-41, 2012. (Texto original: *Genre as social action*. *Quarterly Journal of Speech*, p. 151-167, may, 1984).

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Uma análise de gênero de resumos acadêmicos (abstracts) em economia, linguística e química. **Revista do Centro de Artes e Letras**. Santa Maria: UFSM. v.18 (1-2) , jan/dez. 1996

OLIVEIRA, C. M. M. A organização retórica de artigos de opinião na imprensa e no jornal escolar. 2004. 163f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

PERFEITO, Alba Maria. **Artigo de opinião: análise lingüística**. In: CONALI – CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO. 1., 2006, Maringá. Anais... Maringá, 2007. p. 745-755.

PERELMAN, Chaim. **Lógica jurídica**. São Paulo: M. Fontes, 1998.

RODRIGUES, B.B. **Estratégias de condução de informações em resumo de dissertações**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

RODRIGUES, Rosângela Hames. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: abordagem de Bakhtin**. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; ROTH, Desirée Motta. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 154- 183.

ROJO, R. H. R. (Org.). 2013. **Escol@ conect@ad@: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editorial. (Estratégias de ensino; 40).

SANTOS, M. B. dos. **Academic Abstracts: a Genre Analysis**. Dissertação (Mestrado em inglês). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

SWALES, J. **Aspects of article introductions**. Birmingham, England: University of Ston, 1981.

SWALES, J. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. 12 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ANEXO A: ARTIGOS DE OPINIÃO DE MAÍLSON DA NÓBREGA

T1



A descrença no sistema de preços

O sistema de preços constitui elemento fundamental da prosperidade das nações. Nem sempre foi assim. Milênios se passaram para que fosse percebido o papel dos preços, que é emitir sinais para decisões de produzir e consumir bens e serviços, e para a distribuição da renda. Adam Smith (1723-1790) foi o primeiro a teorizar sobre o tema, no livro *A Riqueza das Nações* (1776).

Smith cunhou a metáfora da "mão invisível", que guiaria os indivíduos na busca de seus interesses. Milhões produzem e consomem sem se conhecer entre si, sob a coordenação do sistema de preços, o que permite o melhor emprego dos recursos em seus distintos usos alternativos. Daí vem eficiência, que gera ganhos de produtividade, o motor por excelência da criação de riqueza e bem-estar. O mercado funciona.

Cinco séculos antes, São Tomás de Aquino (1225-1274) condenava a usura (a cobrança de juros) e a prática de preços mais altos, mesmo que devido a uma forte escassez. Ambas repre-

Nos países comunistas, o sistema de preços foi substituído por controles a cargo de burocratas. Daí o fracasso do regime socialista, distante que era do ambiente de competição, inovação e produtividade

sentariam o usufruto de renda sem esforço. Com o tempo, provou-se que os juros são a remuneração pela renúncia do uso presente de recursos, que são emprestados para que outros deles se utilizem com o fim de prosperar ou consumir. Os preços administram a escassez. Aquelas duas ideias inibiram por séculos o surgimento de um sistema financeiro e da economia de mercado.

A crescente complexidade da economia mostrou que há situações em que o sistema de preços não funciona. Monopólios e oligopólios podem dominar mercados e ditar preços, em detrimento do consumidor. O sistema de preços pode não emitir os sinais necessários, como na poluição do automóvel. Nenhum proprietário tem incentivo individual para instalar equipamentos antipolui-

ção, que são caros. Nesses dois casos, cabe ao Estado intervir para estimular a competição e para obrigar as fábricas a instalar tais equipamentos.

Nos países comunistas, o sistema de preços foi substituído por controles a cargo de burocratas. Daí o fracasso do regime socialista, distante que era do ambiente de competição, inovação e produtividade.

A ideia do livre funcionamento de preços demorou a se enraizar nos países ibéricos e nos seus herdeiros da América Latina. As deficiências da industrialização por substituição de importações também atrapalharam. Sem competição externa, as empresas formavam monopólios e oligopólios, o que justificava o controle de preços. Estes mais tarde se ampliaram com a inflação crônica causada por excessos fiscais e monetários.

Nos anos 1990, a América Latina se livrou do drama da inflação elevada. No Brasil, o motivo foi o Plano Real, que se beneficiou da abertura da economia e de avanços nas áreas fiscal e monetária, os quais aumentaram a eficiência da economia, inclusive por mais competição. Agências reguladoras autônomas combatiam o poder de ditar preços nos serviços públicos privatizados.

O país passou a viver o funcionamento do sistema de preços. Leis específicas do governo João Goulart e do regime militar ficaram obsoletas. Melhorias na alocação do uso dos recursos aumentaram o potencial de crescimento e tornaram a economia mais atrativa ao capital privado, nacional e estrangeiro.

Acontece que a aceitação do papel do sistema de preços ainda não tem a receptividade que se imaginava. Recentemente, velhas visões reemergiram. Sem entender a missão dos preços na escassez — regular oferta e demanda, evitando o desabastecimento, mais importações ou o racionamento —, o governo interveio desastrosamente na energia e nos combustíveis.

Antes, o estímulo ao mercado de automóveis elevou a demanda de combustíveis. Ao mesmo tempo, o maior poder de compra da classe média ampliou a demanda de energia. Em vez de usar a política fiscal e monetária para regular os dois surtos, o governo aumentou gastos e impôs a queda na taxa de juros. Exacerbou mais a demanda. Para piorar, baixou na marra as tarifas de energia e passou a controlar os preços da gasolina e do diesel. Novo impulso à demanda. Agora se colhem mais inflação e inúmeras distorções causadas por tais intervenções. O potencial de crescimento caiu. Uma explicação essencial para tão grande fracasso é a descrença no sistema de preços.

MAILSON DA NÓBREGA
é economista

T2



Mailson

da Nóbrega

Em plena ressaca, mais um pileque

Atribui-se a Lula uma articulação para demitir o ministro da Fazenda, que estaria “com prazo de validade vencido”. Acusa-se Joaquim Levy de só falar em ajuste fiscal, sem verbalizar uma mensagem otimista. Lula e o PT desejariam mudar a política econômica e nomear para o cargo Henrique Meirelles, esperando que adote medidas para expandir o crédito e ampliar o consumo. O mercado financeiro especula que Meirelles articularia melhor o apoio político para aprovar o ajuste fiscal. No boato, a bolsa subiu e o dólar caiu. Nada, porém, favorece a tese.

Não há como gerar crescimento satisfatório e saudável nos próximos três anos. A recessão de 2015 deve continuar em 2016 — consequência da falta de reformas para aumentar a eficiência na economia, da lamentável intervenção estatal e do fiasco da desastrosa Nova Matriz Macroeconômica. Em 2017 e 2018, a depreciação cambial e seus efeitos na competitividade podem trazer uma medíocre recuperação, mas as perdas do biênio 2015-2016 não serão compensadas. O PIB cairá no segundo mandato de Dilma.

A dificuldade de aprovar o ajuste fiscal não decorre de suposta incompetência do ministro Joaquim Levy, mas da impopularidade e da fragilidade política da presidente Dilma Rousseff

Lula sabe que o consumo é um determinante do crescimento, mas parece não perceber que ele não pode ser dissociado da produtividade, que explica cerca de 80% da expansão do PIB na maioria dos países. Estimular o consumo de forma voluntarista para fazer crescer a economia tende a ser desastroso, como mostram conhecidas experiências populistas na América Latina. Sem que a oferta se expanda, o incentivo ao consumo acarreta tão somente inflação e déficit externo.

Lula provavelmente imagina ser possível reproduzir o ambiente de 2003, quando a expansão do crédito de consumo ajudou a animar a economia. Acontece que a maior contribuição veio dos efeitos retardados das reformas de governos an-

teriores, em especial as do período FHC, que mais tarde elevariam a produtividade. E também da ascensão da China, cujas importações de commodities começaram a influenciar a economia brasileira justamente naquele ano. A demanda chinesa, uma espécie de maná dos céus, teve impacto equivalente a um forte ganho de produtividade. O quadro completava-se com confiança em alta e inflação, juros e câmbio em queda.

O Brasil vive hoje situação exatamente oposta: inflação, juros e câmbio em alta; confiança, consumo e investimento em declínio. Salvo no agronegócio, a produtividade cai em todos os segmentos. Estamos em plena ressaca da bebedeira de consumo estimulada pela Nova Matriz. A proposta insensata de Lula é fazer a economia tomar um novo pileque de consumo. Não pode dar certo. Ações populistas como essa costumam expandir temporária e ilusoriamente a economia, mas logo se esgotam, dando lugar a crises inflacionárias e de balanço de pagamentos.

Na atual situação, nem esse efeito passageiro aconteceria. Os mercados e avaliadores de risco perceberiam instantaneamente a guinada populista. A confiança despencaria ainda mais, a nota de crédito do país sofreria seguidos rebaixamentos, o dólar dispararia e o crédito ficaria mais caro. A inflação poderia ficar incontrolável. Um desastre.

Para um assessor palaciano, “Levy perdeu o poder de influir” (*O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 2015). As tarefas que a presidente lhe atribuiu “não estão mais surtindo o efeito esperado”. Seria preciso “encontrar uma maneira de abrir crédito, incentivar a indústria e as áreas de infraestrutura e construção civil”. Há que dar “um fio de esperança à população, aos empresários e ao mercado”. Discurso irrealista e assustador.

Se Lula impuser a mudança, Meirelles terá apenas duas escolhas. A primeira, fazer jus à sua reputação e conhecimentos, o que o levaria a continuar o trabalho de Levy, sob vicissitudes semelhantes. Afinal, a dificuldade de aprovar o ajuste fiscal não decorre de suposta incompetência do ministro, mas da impopularidade e da fragilidade política de Dilma. Meirelles logo enfrentaria a mesma conspiração que ora se desenvolve contra Levy. A segunda escolha seria inebriar-se com a expectativa de poder e embarcar na loucura de Lula, do PT e de grupos palacianos. A crise se aprofundaria, provocando efeitos terríveis. A escolha mais provável é a primeira. Ele ficaria pouco tempo no cargo.

MAILSON
DA NÓBREGA
é economista

T3

da Nóbrega
Mailson *Crise e mediocridade*



Crise e mediocridade

Aumentou a presença da palavra crise no noticiário. Na verdade, são muitas as crises. Elas causam incertezas, desânimo e até medo. O destaque é a crise econômica, caracterizada por recessão, inflação alta, desemprego crescente, renda ladeira abaixo, confiança e investimento em queda, e elevada vulnerabilidade externa. **O que esperar?**

A crise da Petrobras diminui os investimentos da estatal, repercute na sua cadeia de suprimentos e faz o PIB perder **ainda** mais ritmo. A crise política, **que** se deve às deficiências de liderança da presidente Dilma, cria vácuo e abre espaço para o protagonismo, o oportunismo e a falta de responsabilidade do Congresso. Vejam-se a decisão de enfraquecer o fator previdenciário e outras que agravam a **já** difícil situação fiscal.

Crises acontecem em sistemas complexos (a família, a economia, a sociedade), conduzindo a situações instáveis e perigosas. Podem ocorrer de repente — de causas difíceis ou impossíveis de antecipar — ou resultar de longo e cumulativo processo de circunstâncias, muitas vezes por falhas do governo.

Felizmente, o país mudou. Construímos instituições que disciplinam o governo e forçam em algum momento a correção de rumos. Daí o ajuste fiscal em curso. Assim, ruptura política ou desorganização da economia são eventos pouco prováveis

Exemplo de crise repentina é o terremoto (e suas consequências). Outros são colapsos financeiros que podem espalhar-se mundo afora, como os que deram origem à Grande Depressão (anos 1930) e à crise de 2008, ambos iniciados nos Estados Unidos. Os dois decorreram da incapacidade de detectar riscos e de adotar medidas preventivas.

Na década de 30, erros do Federal Reserve (o banco central americano) e medidas protecionistas acarretaram quebra de bancos e redução do comércio mundial. Estão aí as raízes da Grande Depressão. Em 2008, deficiências de regulação permitiram que instituições financeiras assumissem riscos irresponsáveis em operações com hipotecas. A quebra do banco Lehman Brothers foi o disparador da crise, **mas** suas bases **já** estavam lançadas.

Crises econômicas podem advir de erros cujos sinais não são captados por analistas e estrategistas do governo. A crise de 2008 vem mais uma vez à mente. O então festejado presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, não percebeu a erosão dos alicerces do sistema financeiro americano. A rainha da Inglaterra, **que** teria perdido 25 milhões de libras em seus investimentos, ficou perplexa. Em evento na London School of Economics, perguntou por que ninguém detectara o problema. Resposta do professor Luis Garicano, diretor de pesquisa da escola: "A cada momento, alguém confia em alguém e todos imaginam que estão fazendo a coisa certa".

No Brasil, crises econômicas aconteceram, não raro, por incapacidade de percebê-las. No regime militar, a ausência de liberdades como a de imprensa inibia a crítica e dificultava a identificação de riscos. Em alguns momentos, crises econômicas acarretaram crises políticas graves, das quais sobreveio o autoritarismo. O regime militar de 1964 perdeu legitimidade com a crise econômica da década de 80, o **que** contribuiu para o seu fim.

A atual crise econômica é a primeira da nossa história a ser antecipada, embora não se criassem condições políticas para revertê-la durante sua evolução. No primeiro mandato de Dilma, analistas e imprensa apontaram repetidamente erros crassos: excessiva e desastrosa intervenção na economia, aumento de gastos e contabilidade fiscal criativa, **além** de retrocessos na abertura da economia. Previa-se que a "nova matriz macroeconômica", um amontoado de ideias bolorentas, daria com os burros n'água. Teimosia e ideologia tornaram muitos os ouvidos do governo. A conta chegou.

Felizmente, o país mudou. Construímos instituições que disciplinam o governo e forçam em algum momento a correção de rumos. Daí o ajuste fiscal em curso. Assim, ruptura política ou desorganização da economia são eventos pouco prováveis. Difícilmente recairemos na ditadura ou na hiperinflação.

O principal efeito dos erros do primeiro mandato é a queda drástica do investimento e da produtividade. São reveses que nos imporão longa travessia até que novas lideranças consigam realizar reformas estruturais que nos devolvam a capacidade de fazer crescer a economia em ritmo satisfatório. Isso posto, o principal subproduto dos erros tende a ser a mediocridade, não um salto no escuro. Aleluia!

MAILSON DA NÓBREGA
é economista

T4



Mailson da Nóbrega

Riscos dos freios à terceirização

A terceirização é mais um avanço na maneira de produzir e organizar as empresas e o mercado de mão de obra que tem caracterizado o sistema capitalista ao longo dos séculos.

Nesse processo, um terceiro (geralmente uma empresa) é contratado para fazer parte de um bem ou realizar serviços específicos. Trata-se de nova etapa da divisão do trabalho, que é a separação da atividade econômica em crescente número de tarefas. Émile Durkheim criou a expressão ao discutir a evolução social, mas foi Adam Smith quem primeiro percebeu sua importância econômica. Para ele, a divisão do trabalho constituía elemento-chave para a prosperidade, pois é um meio para produzir de forma mais eficiente e barata.

A terceirização começou a se expandir nos Estados Unidos durante a II Guerra diante da necessidade de ampliar rapidamente a produção bélica. Explodiu na década de 80 na esteira da globalização. Antes, prevalecia a integração vertical, em que a empresa produzia tudo ou quase tudo. Isso porque não havia um mercado amplo e confiável de bens e serviços que pudessem ser contratados. Nesse ambiente, a divisão do trabalho entre empresas distintas tinha limites.

Hoje, há mercado para tudo e para a terceirização. Com a elevação da produtividade, o preço cai, a demanda e a produção crescem e a renda aumenta. No fim, todos, trabalhadores, empresários e consumidores, ganham

Foi o caso da americana Ford, a pioneira na linha de montagem de automóveis. A empresa operava um complexo industrial integrado em Dearborn, Michigan, às margens do Rio Rouge, o qual foi concluído em 1928. O complexo ocupava 1,5 quilômetro quadrado, empregando mais de 100 000 trabalhadores. Ali havia porto e unidade de geração de energia. Produziam-se aço, autopeças e pneus necessários à manufatura de automóveis. A Ford tentou até mesmo extrair a borracha na Amazônia brasileira.

Hoje, há mercado para tudo e para a terceirização. Vigora a lógica da integração horizontal. A

Apple é um bom exemplo. A empresa terceirizou o iPhone na Alemanha, no Japão e na Coreia do Sul. A montagem é feita na China. Na sede, trabalham designers, advogados e gerentes financeiros que cuidam do projeto e da comercialização do celular. Com a elevação da produtividade, o preço cai, a demanda e a produção crescem e a renda aumenta. No fim, todos, trabalhadores, empresários e consumidores, ganham.

No Brasil, à falta de uma legislação própria para a terceirização de serviços, o assunto passou a ser regido pela súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que a permite apenas para atividades-meio. Muitas vezes, porém, é difícil distinguir atividade-fim de atividade-meio, inclusive porque elas podem ser intercambiáveis à medida que avançam os processos produtivos. A súmula cria ambiguidades, acarretando milhares de causas trabalhistas e incertezas às empresas.

Historicamente, houve resistência às mudanças no modo de produzir. Em 1811, surgiu na Inglaterra o movimento luddista, que pretendia, mediante a destruição de máquinas, restaurar empregos perdidos com a mecanização. Não se percebia que a nova forma de produzir elevava a produtividade. A economia crescia. Postos de trabalho surgiam crescentemente noutros lugares.

A dificuldade de entender novas realidades chegou aos dias atuais. Está presente no Brasil em relação à terceirização. Sindicalistas querem proibi-la. Juízes buscam limitá-la. A resistência nutre-se de mitos — como os da precarização do trabalho, da redução de direitos e da geração de informalidade — que podem ser desfeitos por argumentação minimamente racional. Essa resistência é influenciada pela visão da Justiça do Trabalho: a de que o trabalhador é hipossuficiente, isto é, não sabe defender seus direitos.

Freios à terceirização podem inibir a realização de ganhos de produtividade, que são essenciais para a competitividade das empresas, o crescimento da economia e a geração de renda, emprego e bem-estar. Ao contrário do que se diz, a terceirização contribui para formalizar relações de trabalho.

É preciso, pois, regular o assunto em lei. Um bom ponto de partida vem a ser o projeto que se encontra sob exame da Câmara Federal. Seu objetivo é estabelecer regras claras para proteger os interesses dos trabalhadores e eliminar incertezas que rondam as empresas nas quais a terceirização é necessária. Há que combater vertentes modernas do luddismo.

MAILSON DA NÓBREGA
é economista

T5



Mailson da Nóbrega

A irresponsabilidade fiscal do Congresso

Desde a República, o Congresso demonstra irresponsabilidade fiscal e descaso com o impacto orçamentário de atos seus. Vejam-se episódios recentes de fragilização do fator previdenciário, indexação de todas as aposentadorias do INSS ao salário mínimo e aumento de até 78% para servidores do Judiciário em plena crise econômica. Mais triste, essa loucura teve o voto da oposição, em especial do PSDB.

Na República Velha (1889-1930), o Executivo só podia sancionar ou vetar todo o projeto de lei do orçamento da União. Eram comuns emendas estranhas à finalidade da peça orçamentária. Versavam sobre assuntos suscetíveis de veto caso fossem propostos via projeto de lei. Eram as “caudas orçamentárias”.

Desde a Magna Carta inglesa (1215), o orçamento esteve na origem e na força institucional dos parlamentos. Aqui, era habitualmente desmoralizado. No livro *Uma Introdução à Ciência das Finanças* (1969), Aliomar Baleeiro diz que o orçamento era usado “até para nomeações e promoções de funcionários públicos”. Servia também para dar

A irresponsabilidade tende a ser neutralizada se o sistema político dispuser de fortes e responsáveis lideranças no Executivo, no Legislativo ou em ambos. Só assim prevalecem os interesses legítimos da sociedade. Essas condições inexistem no Brasil

nome a ruas. Rui Barbosa falava em “orçamentos rabilongos”, tão grande era a cauda.

Segundo Baleeiro, “o mau costume atingiu as raias do escândalo” em 1922. O presidente Epitácio Pessoa vetou o projeto. Em 1926, a Constituição ganhou uma norma acaciana ainda em vigor. Está no artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição de 1988, que diz: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa”, uma ululante obviedade.

Sob a Constituição de 1946, as emendas orçamentárias proliferavam, contribuindo para expandir a despesa e para a inflação. Por isso, a Constituição do regime militar (1967) proibiu as emendas, negando a essência do Congresso. Na

Constituição de 1988, as emendas voltaram, sob certas limitações e sem a maioria dos efeitos nocivos do passado.

Uma explicação para a irresponsabilidade é o desrespeito à “restrição orçamentária”, que define as opções de consumo de um agente econômico diante do limite de sua renda. No governo, o limite é dado pela arrecadação e pela capacidade de endividamento, que também tem teto. Excesso de dívida leva à insolvência e a outras consequências desastrosas. A maioria dos parlamentares parece não crer na finitude dos recursos.

Outra explicação, mais contundente, é a ausência de conexão, aos olhos da sociedade, entre a ação do Congresso e seus efeitos. A aprovação de projeto danoso às finanças públicas mas favorável a certos grupos, como o dos aposentados, é comemorada com vivas ou o *Hino Nacional*. Se, mais tarde, sobrevêm ineficiências, inflação, recessão e desemprego, a culpa é atribuída ao Poder Executivo. Sobram, pois, incentivos à irresponsabilidade. No limite, a prevalência da racionalidade política individual pode levar ao colapso da economia.

A irresponsabilidade tende a ser neutralizada se o sistema político dispuser de fortes e responsáveis lideranças no Executivo, no Legislativo ou em ambos. Formam-se as condições para pensar o coletivo. Prevalecem os interesses legítimos e difusos da sociedade, principalmente o desenvolvimento sustentável, e não projetos individuais.

Essas condições não existem atualmente. No Executivo, as limitações de liderança da presidente da República a impedem de alcançar o duplo objetivo que se espera do chefe do governo no Brasil: aprovar sua agenda no Congresso e evitar “bolas nas costas” de leis fiscalmente ruins. Ela terceirizou a gestão da economia e a articulação política, mas não tem como fazer isso mesmo com sua liderança. No Congresso, os líderes privilegiam os próprios interesses. Basta ver as decisões com grave impacto fiscal e o encaminhamento, a toque de caixa, de uma reforma política errática e mal pensada.

Muitos celebraram o protagonismo do Congresso na presente legislatura. Houve quem enxergasse um arremedo de parlamentarismo, que, na verdade, é algo muito diferente. Ocorre que protagonismo sem coordenação, inclusive de partidos dotados de disciplina e sólida base programática, pode ser o caminho para o desastre.

Precisamos de um Congresso fiscalmente responsável e, o que dá no mesmo, partidos dignos do nome.

MAILSON DA NÓBREGA
é economista



Mailson da Nóbrega

PSDB moderniza visão sobre federalismo

O PSDB divulgou, no último dia 17, doze diretrizes para orientar seu futuro programa de mudanças para o país. A oitava delas defende “mais autonomia para estados e municípios, maior parceria da União”. Essa parte, como as outras, é equilibrada. Crítica, corretamente, as atabalhoadas desonerações tributárias do governo, que causaram perdas aos governos subnacionais, a quem pertence uma parcela do IPI e do imposto de renda.

A proposta do senador Aécio Neves era outra. No dia 18 de novembro, ele obtivera do PSDB a Declaração de Poços de Caldas + 30, a qual propugnava um novo pacto federativo “que signifique responsabilidades e recursos compartilhados de forma mais justa, pelo bem dos brasileiros”. No mesmo dia, em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, ele propôs “reverter o desmanche da federação brasileira e o crescente risco de insolvência de estados e municípios, vitimados pela grave concentração, na órbita federal, de recursos e poder”. Tradução: mais dinheiro da União para estados e municípios.

Nosso federalismo é mal definido desde a República. A ação que derrubou a monarquia se inspirou no federalismo americano de 1787. Até no nome. Tornamo-nos República dos Estados Unidos do Brasil (Constituição de 1891). Aqui, a ideia era reformar o Estado imperial centralista

Vi de perto movimento semelhante na Assembleia Constituinte. Parlamentares das regiões menos desenvolvidas prometiam redimi-las com transferências da União. As demais pediam o mesmo para aliviar dívidas. Era preciso, diziam, acabar o “pires na mão”. Assim, a Constituição de 1988 promoveu a maior transferência de recursos federais da história (44% do imposto de renda e 54% do IPI mais os impostos únicos sobre combustíveis, minerais, transportes e comunicações). Passados 25 anos, as regiões menos desenvolvidas não foram redimidas e todas continuam endividadas. Grande parte do dinheiro virou gasto de pessoal. O “pires” continua na mão.

MAILSON DA NÓBREGA
é economista

Nosso federalismo é mal definido desde a República. A ação que derrubou a monarquia se inspirou no federalismo americano de 1787. Até no nome. Tornamo-nos República dos Estados Unidos do Brasil (Constituição de 1891). Aqui, a ideia era reformar o Estado imperial centralista moldado na cultura portuguesa. Nada mudou. Lá, buscou-se evitar a desintegração da confederação de treze estados muito autônomos (as antigas colônias) nascida da independência. A federação americana implicou certa centralização, incluindo a criação do cargo de presidente da República. Os nossos federalistas podem ter pensado em descentralização, mas prevaleceu a cultura de dependência do governo central.

Vem daí a incosequente repartição das receitas da União em 1988, sem cuidados e sem transferência de encargos. Além disso, decidiu-se elevar os gastos sociais e aumentar a vinculação de receitas a despesas como as da educação. A União perdeu receitas e ganhou novos encargos. A conta não fechava. Era preciso aumentar a carga tributária, mas o IR e o IPI, os dois principais tributos federais, haviam perdido importância. Restou à União pouco mais de 40% e 30% desses impostos, respectivamente. Assim, recorrer a tais impostos exigiria mais do que dobrar as alíquotas. O caminho de menor custo para os contribuintes era apelar para tributos não partilháveis, isto é, as contribuições, que pertencem integralmente à União. A consequência, inevitável, foi a piora da qualidade do sistema tributário.

O senador Aécio acertava ao reivindicar um novo pacto federativo, mas errava ao mirar a redução dos recursos da União. A centralização resulta da agenda social da Constituição e dos aumentos do salário mínimo (150% acima da inflação) nos últimos catorze anos. O mínimo é a base de muitos dos benefícios sociais, que representaram

63,2% das despesas não financeiras federais em 2012. Mesmo assim, curiosamente, a fatia da União nas receitas disponíveis caiu de 53%, em 1999, para 48%, em 2009.

A federação foi atropelada por essas medidas. As demandas de descentralização das receitas, já velhas em 1988, se tornaram caducas na atualidade. Perto de 90% das receitas federais se destinam a gastos incompressíveis. Essa vaca não dá mais leite. Ela iria para o brejo. Felizmente, o documento final do PSDB não considerou as ideias de Aécio. Os tucanos modernizaram sua visão sobre o federalismo. As diretrizes, mesmo que genéricas, são um bom ponto de partida para discutir a questão.

T1



de Moura Castro

Claudio

claudiomouracastro@positivo.com.br

Escola ideal para alunos não ideais

Na segunda metade do século XIX, dom Pedro II transformou a primeira escola pública secundária do Brasil em um modelo inspirado no colégio Louis Le Grand, reputado como o melhor da França. Mantiveram-se na sua réplica brasileira as exigências acadêmicas do modelo original. O próprio dom Pedro selecionava os professores, costumava assistir a aulas e arguir os alunos. Sendo assim, o colégio que, mais adiante, ganhou o seu nome constituiu-se em um primoroso modelo para a educação das elites brasileiras. Dele descendem algumas excelentes escolas privadas.

Mais tarde do que seria desejável, o ensino brasileiro se expande, sobretudo no último meio século. Como é inevitável, passa a receber alunos de origem mais modesta e sem o ambiente educacional familiar que facilita o bom desempenho. Sendo mais tosca a matéria-prima que chega, em qualquer lugar do mundo não se podem esperar resultados equivalentes com o mesmo modelo elitista.

“Ensina-se demais e eles aprendem de menos. Pouco mais de 10% dos jovens que terminam o ensino médio têm o conhecimento esperado em matemática!”

Os países de Primeiro Mundo perceberam isso e criaram alternativas, sobretudo no ensino médio. A melhor escola é aquela que toma alunos reais — e não imaginários — e faz com que atinjam o máximo do seu potencial. Se os alunos chegam a determinado nível escolar com pouco preparo, o pior cenário é tentar ensinar o que não conseguirão aprender. O conhecimento empaca e a frustração dispara.

Voltemos a 1917, às conferências de Whitehead em Harvard. Para ele, o que quer que seja ensinado, que o seja em profundidade. Segue daí que é preciso ensinar bem o que esteja ao alcance dos alunos, e não inundá-los com uma enxurrada de informações e conhecimentos. Ouvir falar de teorias não serve para nada. O que se aprende na escola tem de ser útil na vida real.



Se mesmo os melhores alunos das nossas melhores escolas são entulhados com mais do que conseguem digerir, e os demais, os alunos médios? Como suas escolas mimetizam as escolas de elite, a situação é grotesca. Ensina-se demais e eles aprendem de menos. Pelos números da Prova Brasil, pouco mais de 10% dos jovens que terminam o nível médio têm o conhecimento esperado em matemática! A escola está descalibrada do aluno real.

Aquela velha escola de elite deve permanecer, pois há quem possa se beneficiar dela. Mas, como fizeram os países educacionalmente maduros, respondendo a uma época de matrícula quase universal, é preciso criar escolas voltadas para o leque variado de alunos.

Nessa nova escola, os currículos e ementas precisam ser ajustados aos alunos, pois o contrário é uma quimera nociva. Na prática, devem-se podar conteúdos, sem dó nem piedade. É preciso mostrar para que serve o que está sendo aprendido. Ainda mais importante, é preciso aplicar o que foi aprendido, pois só aprendemos quando aplicamos. A escola deve confrontar seus alunos com problemas intrigantes e inspiradores. E deve apoiá-los e desafiá-los para que os enfrentem. No entanto, sem encolher a quantidade de matérias, não há tempo para mergulhar em profundidade no que quer que seja.

Atenção! Não se trata de uma escola aguada em que se exige menos e todos se esforçam menos. Sabemos que bons resultados estão associados a escolas que esperam muito de seus alunos, que acreditam neles. A diferença é que se vai exigir o que tem sentido na vida do estudante e está dentro do que realisticamente ele pode dominar.

Precisamos redesenhar uma escola voltada para os nossos alunos, e não para miragens e sonhos. Quem fará essa escola? Claramente, o MEC precisa promover os ajustes dos currículos e ementas. Mas quem esculpirá essa nova instituição? As melhores escolas privadas recebem alunos peneirados e não precisam de muitas mudanças. A quase todos os estados faltam densidade técnica e apetência. Uma possibilidade são o Sesi e o Sesc, que operam um conjunto de instituições semipúblicas, têm amplos recursos e flexibilidade para tomar novos rumos. Quem sabe, querem ir para a história, embarcando nessa aventura?

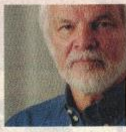
Não é só isso. Cura mesmo, só enfrentando as fraquezas das faculdades de educação. Mas só a desobrigação de ensinar um currículo impossível já é uma bela ajuda para os mestres.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO é economista

ILUSTRAÇÃO: ATÔMICA STUDIO

24 | 5 DE FEVEREIRO, 2014 | veja

T2



de Moura Castro Claudio

claudiomouracastro@positivo.com.br

Meio milhão de zeros no Enem

Os montes de zeros na redação do Enem estão urrando alguma coisa. O que será? Partamos da hipótese de que quem ganhou zero é porque mereceu.

Na classificação das causas para essa medonha nota, predominam apenas dois critérios "assassinos" (com proporções parecidas para todos os perfis de participantes). A redação em branco liquidou 284 000 alunos. E textos que fugiam do assunto eliminaram 217 000. Se descobrirmos o porquê desses dois acidentes, matamos a charada.

Como os alunos sabem que uma redação em branco é fatal, parece que empacaram diante do tema e se sentiram incapazes de dizer algo minimamente coerente sobre ele. Qualquer que seja o assunto, um aluno que lê com frequência e escreve fluentemente escapa do zero meramente alinhavando algumas obviedades, meias verdades e palpites sobre o tema pedido (Publicidade Infantil). Se deixou em branco, isso sugere que o seu repertório sobre o mundo em que vive é lastimável e ele mesmo duvida da sua capacidade de articular ideias.

"A escola deve vacinar os alunos contra as doutrinações, contra o autoritarismo intelectual e contra as respostas 'industrializadas'"



A hipótese mais plausível para a prova em branco é que o aluno passou em brancas nuvens seus doze anos escolares. Sem a mesma contundência dos zeros, dizem a mesma coisa os péssimos resultados no teste do Enem.

E as redações que fogem do tema?

Assisti a uma aula de filosofia, de resto, competente. Em determinado momento, a professora empunha um livro e pergunta o que cada um vê na mão dela. Trata-se de uma metáfora. A resposta esperada é que, estando em posições diferentes, enxergam coisas diferentes. No dito popular, cada cabeça uma sentença.

É isso mesmo? Depende. Na política, na poesia, no amor, nas filosofias de vida, cada um é cada um. Há amplo espaço para interpretações, inclinações, valores e julgamentos. Assim sendo, a escola

deve vacinar os alunos contra as doutrinações, contra o autoritarismo intelectual e contra as respostas "industrializadas".

Mas grande parte do que se faz na escola lida com ideias, fatos e afirmativas em que só há uma resposta certa. As palavras usadas nas aulas e nos livros, propositadamente, só têm uma interpretação. "Vovô viu a uva." Não há dois entendimentos. A equação e o problema de física só têm uma resposta certa. Identificar sujeito e predicado não é assunto de opinião. As perguntas da boa escola têm o certo e o errado. Evita-se o território do "talvez", do "quem sabe" e "do ponto de vista". Isso porque é preciso aperfeiçoar o uso rigoroso das palavras.

Contudo, na contramão do mundo, parte da nossa escola abraça o relativismo. Se eu acho isso, é meu direito. Reina nos impérios pedagógicos e nos autores da moda uma atmosfera que desvaloriza a tarefa de compreender o que está escrito no papel. Em um artigo publicado neste mesmo espaço, em janeiro de 2007, lembrei de uma frase da educadora Delia Lerner: "Não faz falta saber ler e escrever no sentido convencional... Quem interpreta o faz em relação ao que sabe... Interpretações não dependem exclusivamente do texto em si". Eis o resultado: 217 000 fugiram do tema da redação!

Para jovens que estão iniciando seus estudos, a liberdade de interpretação é fórmula certa para uma grande balbúrdia mental, em uma idade que pede a consolidação de ideias claras e a compreensão rigorosa das palavras. Embaçamos o ensino ao pedir aos alunos que "reinterpretem" o pensamento dos grandes cientistas e filósofos. É cedo para isso.

Edgar Morin relativiza a afirmativa de que "os fenômenos dependem diretamente daqueles que os precedem e condicionam os que lhes seguem". Ora, a física de Newton é determinista, e, nas melhores escolas, é com ela que se afia a capacidade de análise dos alunos. As ciências sociais não são menos deterministas, só que se expressam em distribuições de probabilidades.

Ao se enamorarem dessas ideias turvas, alguns professores embrenham seus alunos na indisciplina do relativismo, do subjetivismo e de uma falsa "criatividade". Esses miasmas intelectuais envenenam o processo de aprender a pensar com rigor.

Wittgenstein foi ao âmago da questão ao dizer que "os limites da minha linguagem são também os limites do meu pensamento". Quem não aprendeu a usar palavras não sabe pensar. No caso, não entendeu as instruções recebidas para preparar sua redação. Ou não as tomou a sério, o que é pior.

CLAUDIO DE MOURA
CASTRO é economista



de Moura Castro Claudio

claudiomouracastro@positivo.com.br

O pior ensino médio do mundo?

Do ponto de vista de suas regras e formato legal, não consegui encontrar um só país com ensino médio pior que o nosso.

O modelo brasileiro gera péssimos números. Enquanto o Chile universaliza esse nível, no Brasil, menos da metade da coorte consegue completá-lo. Dos que iniciam o curso, só 40% o terminam. Para culminar, em vez de caminhar para a universalização, nosso médio encolhe! Vejamos por quê.

1 O mais odioso equívoco é impor o mesmo currículo a todos. Os futuros Machados de Assis têm a mesma carga de matemática oferecida aos que serão engenheiros da Embraer. E esses últimos, para entrar em uma boa faculdade, precisam brilhar em literatura. Nenhum país do mundo civilizado deixa de reconhecer as diferenças individuais e oferecer cursos, currículos e escolhas de acordo com as preferências e talentos de cada um.

“Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles”



2 O excesso de disciplinas é assustador. São catorze as obrigatórias. Na prática, os alunos podem ser obrigados a cursar dez, simultaneamente.

3 Transbordam os conteúdos das ementas, desde o início da escolarização. Com razão, os alunos reclamam da chatice crônica e da falta de proximidade entre o que é ensinado e o universo deles. No Brasil, rabeira no Pisa, no 4º ano primário os alunos aprendem 27 tópicos de matemática. Em Singapura, no topo do Pisa, são quatro! O aluno brasileiro ouviu falar de tudo mas não aprendeu nada. Aprender de verdade requer empapar-se do assunto, mergulhar fundo, praticar. Impossível, com tanta matéria para percorrer. Não há tempo para aplicar o ensinado. Sugiro ao leitor dar uma olhada em um livro de biologia, para convencer-se do exagero. E, como pontifica David Perkins (de Harvard), só aprendemos quando aplicamos o conhecimento em situações concretas.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO
é economista

4 Nas disciplinas mais críticas, há uma grande escassez de professores bem formados. De fato, as fragilidades e os equívocos das faculdades de educação estão entre os grandes culpados pelo desastre. Apesar disso, engenheiros, advogados e farmacêuticos não podem ensinar matemática, física ou química, embora conheçam mais do assunto e tenham melhor desempenho em sala de aula do que grande número de professores com carteirinha. Disso sabem os cursinhos, livres para contratar e pagar regamente a quem quiserem.

5 O tempo efetivamente usado para ensinar e aprender já começa estreito — por lei — e é ainda mais espremido pelas perdas de tempo nos horários de aula. Segundo as pesquisas, é razoável supor que só a metade do tempo é usada para aprender. O resto se perde. E, como sabemos, quanto menos se estuda, menos se aprende.

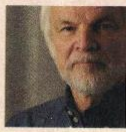
6 Prevalece a indisciplina sistêmica. Uma pesquisa do Positivo perguntou aos alunos o que mais atrapalhava o seu aprendizado. A resposta unânime foi: a bagunça dos colegas. Mas confundimos autoridade com autoritarismo, e os professores se sentem desamparados para impor a disciplina careta que existe em toda escola bem-sucedida.

7 Da forma como é usado pelas universidades públicas, o Enem virou uma camisa de força. Ao imporem notas únicas de entrada, elas impedem a diversificação do ensino médio.

Isso tudo sem falar das deficiências das séries anteriores, cujos últimos anos compartilham os mesmos problemas do médio. Ou seja, agravando o quadro, os alunos chegam despreparados.

Com isso tudo concordam pesquisadores e até ministros. O problema é que a engenharia da mudança está enredada. O Conselho Nacional de Educação nada faz. O Congresso só faz votar novas disciplinas, para agradar a seus grupelhos de eleitores (mais uma dúzia de novas disciplinas foi proposta). Os ministros e os secretários de Educação estão de mãos atadas pelos lobbies e pela inércia. Mas, como demonstram alguns estados, há mais flexibilidade na lei do que parece. Ou seja, falta ousadia.

Quando foi aprovada a LDB, um marco legal iluminado e flexível, previ que, em pouco tempo, a sua regulamentação destruiria o espírito da lei. De fato, logo adquiriu um rigor cadavérico. Quase nada sobrou de sua versatilidade inicial. A maior vítima dessa desfiguração é o ensino médio. A ação de forças descoordenadas criou um monstro, e não sabemos como descrevê-lo.



de Moura Castro Claudio

claudiomouracastro@positivo.com.br

Envelhecer é uma arte?

Nas palavras de Cícero, envelhecer é coisa boa. Dois mil anos depois, com fartura de números, o tema reaparece nas pesquisas iniciadas por R. Easterlin. Detecta-se uma “curva da fossa”: entre 40 e 50 anos, bate um pessimismo, uma insegurança difusa. Mas daí para a frente voltamos a ficar de bem com a vida, cada vez mais felizes — óbvio, só até o corpo fracassar. Será?

Esse lado emocional-filosófico é nebuloso. Amadurecemos com a idade, como sugerem as pesquisas? Ou acumulamos azedumes e rabugices? Ficamos cada vez mais impacientes com a burrice humana? Ou mais bem blindados contra ela? Cada um é cada um.

Exploremos alguns temas em que o terreno parece menos pantanoso.

O psicólogo A. Maslow documentou o que significava para ele ir ficando velho. Percebia uma perda progressiva da motivação para fazer as coisas e lidar com desafios. Mais e mais empreitadas deixavam de valer a pena. É o meu caso: já trabalhei no governo, mas hoje nenhum cargo me tentaria. Sinto engulho só de vislumbrar o pesadelo da burocracia pública.

“Amadurecemos com a idade, como sugerem as pesquisas? Ou acumulamos azedumes e rabugices?”

Em sua última entrevista, Paulo Freire segue caminho paralelo a Maslow, afirmando que envelhecer é perder a curiosidade. Se ele tem razão, no meu caso, permaneço jovem, pois minha curiosidade sobrevive, onívora.

O ocaso das faculdades mentais é bem documentado pela pesquisa. Degrada-se a memória, sobretudo a de curto prazo e a dos nomes e datas. O raciocínio matemático começa a derrapar já a partir dos 30. De fato, todos os avanços na área foram feitos por jovens.

A boa notícia é que a capacidade de julgamento, a sabedoria, o *esprit de finesse*, mencionado por Pascal, não apenas sobrevivem, mas progridem. Comprovou-se que os velhos precisam ler menos para decidir sobre algum assunto, com igual competência. E, nas humanidades, amadurecemos com

os anos, e muito. Romancistas e historiadores? Prefiram os velhos. Aleluia! Com o passar dos anos, políticos entendem melhor a natureza humana, por isso sobrevivem na carreira.

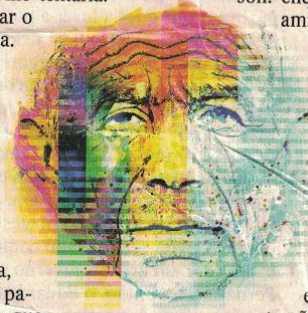
Sabemos também que a inteligência reage como um músculo. A qualquer idade, é fortalecida com exercícios e evapora com a inação. Daí a importância de exercitar a ambos. Se encolhem os desafios mentais na aposentadoria, risco à vida! Não é o contracheque que salva vidas; mas a letargia intelectual mata. Se ficamos esperando pela morte, ela virá mais célere. Com medo de morrer, continuo trabalhando, freneticamente.

Na minha incauta opinião, conversa de doença não faz bem à saúde. Tampouco é uma boa receita para a longevidade voltar aos lugares em que se viveu ou trabalhou, não encontrar mais conhecidos e ser tratado como um estranho.

Caminhando pelas ruas, vemos logo quem tem jeito de aposentado. Falta chispa nos olhos e o andar sugere que não quer chegar a parte alguma. Quem lê obituário, para ficar sabendo dos amigos que morreram, mostra na cara sua vocação para a morte. Cruz-credo! Aliás, a solidão é fatal! Por isso, vale o conselho de Samuel Johnson: enquanto jovem, é preciso cultivar os amigos, pois com a idade vai ficando difícil renovar o plantel.

A decadência do corpo é inexorável. Mais dias de indisposição, dói aqui, dói acolá, mais enguiços e reparos, mais remédinhos para isso ou para aquilo. Contudo, avanços na medicina e melhores estilos de vida freiam espetacularmente a degradação do corpo. Mantêm serelepes muitos velhos que, faz poucas décadas, estariam derrubados. Vejam nas ilustrações antigas a imagem dos avós, circunspetos e encarquilhados. Gente nas mesmas idades está hoje malhando nas academias, subindo montanhas e gabando-se de suas proezas, em todos os azimutes. Obviamente, isso dá trabalho: há que buscar remédios miraculosos, próteses, mandar recauchutar o coração, fazer dietas e exercícios árduos para manter a massa muscular. No meu modesto julgamento, compensa.

Isso são teorias. O único ganho indisputável é não ter de entrar em filas. Outro dia, estava no banco e, como a fila dos velhos não andava, um jovem me ofereceu seu lugar na outra. Reluteci, mas acabei aceitando. Feita a transação, saí correndo, para que ele não me visse partir na minha moto BMW 650 GS.



CLAUDIO DE MOURA
CASTRO é economista

T5



de Moura Castro

Claudio

claudiodemouracastro@positivo.com.br

É culpa dos reitores!

Pouco tempo depois da posse de Vaclav Havel como presidente da República Checa, um jornalista lhe perguntou como era para um escritor virar presidente. Para ele, havia um aspecto muito frustrante. Toda a sua carreira exigia ser original, a cada nova obra. Mas, como presidente, ele tinha de monotonamente repetir a mesma coisa, inúmeras vezes, até ser entendido.

A cada vez que volto à carga nas mazelas do ensino médio, vem à minha cabeça essa entrevista. De fato, faz duas décadas que venho dizendo coisas muito parecidas. Contudo, toco aqui em uma dimensão nova, até há pouco inexistente.

Talvez a maior perplexidade do nosso ensino médio seja a incapacidade do país de desvencilhar-se da maldição da escola única com currículo único. O que vai acontecer se o diretor da melhor escola média do Brasil resolver mandar seus alunos interessados em literatura ler as obras completas de Gregório de Matos, os amantes da biologia estudar o DNA do bicho-de-pé e os futuros economistas mergulhar nas Hessianas Orladas?

“Precisamos definir competências mínimas, não o atual paroxismo de detalhes, perguntados em cada disciplina. Assim se faz nas nações que acertaram na sua educação”



Sem escapatória, todos vão tomar bomba no vestibular das universidades mais competitivas, embora estas pudessem ser a melhor preparação para a futura carreira. Isso porque, no vestibular que usa o Enem, para obter uma pontuação competitiva, exige-se um bom desempenho em todas as matérias.

Ou seja, a diversificação, de acordo com o interesse e a vocação, presente em todo o mundo civilizado, não é uma opção para as boas escolas. E, como as outras fazem a mímica das escolas bem-sucedidas, nada muda.

Curiosamente, o único território em que os cursos superiores têm autonomia é o vestibular. Podem fazer o que e como quiserem, desde que sejam os mesmos critérios para todos, e clara-

mente explicitados. Esse oásis de liberdade é um sopro de ar fresco.

Mesmo as públicas não são obrigadas a usar o Enem. Nem, ainda menos, a utilizar um critério único para todos os cursos. Ora, o Inep divulga não apenas a média global obtida na prova, mas também a nota em cada uma das disciplinas incluídas.

Sendo assim, a universidade, pública ou privada, pode determinar quais matérias devem ter maior ponderação, para entrar nesse ou naquele curso. Pode dar um peso maior à nota de biologia para os optantes dessa carreira. No limite, pode desconsiderar por completo as outras provas — o que não é necessariamente desejável.

De fato, há um equilíbrio delicado no ajuste fino das ponderações. Não queremos físicos analfabetos nem poetas que não saibam calcular o troco. Mas esse é o outro extremo, também indesejável. Precisamos definir competências mínimas, não o atual paroxismo de detalhes, perguntados em cada disciplina. Assim se faz nas nações que acertaram na sua educação.

A conclusão inexorável é que a diversificação do médio não depende do que desejam as escolas desse nível, não depende diretamente do que pensa ou faz o ministro nem, menos ainda,

dos pareceres barrocos do Conselho Nacional de Educação. Pelo contrário, está tudo nas mãos das universidades prestigiosas, sejam elas privadas, federais ou estaduais, já que universalmente optaram por um Enem agregado.

Como os responsáveis pelas universidades são os reitores, por definição a culpa é deles. Mas, da mesma forma

que o MEC pressionou as universidades públicas a utilizar o Enem, pode usar seus mil poderes de persuasão para sugerir uma ponderação diferenciada.

Suponho que, se aparecerem pesos diferenciados, como que por mágica, as grandes escolas privadas criarão algo remanescente do que havia no tempo do “clássico” e do “científico”. As outras escolas logo as imitarão. De resto, é assim em muitos países, incluindo a França.

Não é a solução definitiva para o médio, mas reduz a variedade estonteante de assuntos e permite a cada aluno uma concentração maior nos seus focos de interesse, essencial para um verdadeiro aprendizado. Nada mau para uma providência de custo zero.

CLAUDIO DE MOURA
CASTRO é economista

20 | 3 DE JUNHO, 2015 | veja

ILUSTRAÇÃO: ATÔMICA STUDIO

T6



de Moura Castro Claudio

claudiodemouracastro@positivo.com.br

O autor decifra seus leitores

Ao escrever, o autor expõe suas ideias, tão bem quanto consegue. Querendo ou não, revela também suas predileções e antipatias. O leitor capta ambas, correta ou incorretamente. Mas e o reverso, como pode o autor decifrar seus leitores?

Depois de quase vinte anos escrevendo para VEJA, acumulei alguns milhares de cartas de leitores (antes eram fax, logo viraram e-mails). Neste ensaio, tento fazer uma autópsia desse conjunto de cartas, das laudatórias às mais iradas.

Ao bisbilhotar a cabeça dos missivistas, não posso confundi-los com os leitores que não escrevem, pois a decisão de escrever, em si, diferencia os dois grupos. Tampouco sei quem leu e quem não leu. Portanto, só vejo a ponta do iceberg. Dos dois ensaios campeões de cartas, um foi sobre o excesso de decibéis a que estamos submetidos e o outro sobre a falta de boa iluminação para ler nos hotéis. Ambos falam de conforto físico. Acaso?

“Falta-nos o hábito do debate disciplinado, dentro das regras da lógica e do método científico. Quantas cartas merecerá este ensaio?”



Os ensaios podem merecer de zero a 200 cartas, e confesso minha incompetência para adivinhar quantas virão. Como autor, gosto mais de uns do que de outros. Minha preferência, contudo, pode divergir da dos leitores. Os de que gosto podem merecer zero carta. Mas foram aplaudidos outros que até relutei em publicar. Se mexo em vespeiros, porém, dá para prever que vão causar incontidas iras, pois pisam em calos ou arrostam os espantalhos ideológicos.

Detecto uma pista para entender os ensaios que geram muitas cartas. Não é o fato de agradarem, mas de criarem uma reação do tipo: “Esse cara disse o que penso, mas não ousou falar isso ou ele disse melhor do que eu”. São minorias desconsoladas que encontram seu porta-voz no autor. Em contraste, o que agrada a quase todos não esquentava o sangue, pelo menos, o suficiente para escrever.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO é economista

No cômputo geral, mais de 90% das cartas são positivas, elogiando. Certamente, um bálsamo para o ego do autor. Mas, infelizmente, alguns se entusiasmam com o que eu não disse.

Dos leitores mais críticos, vale distinguir três categorias. A primeira é a dos que não discrepam da linha geral dos argumentos, mas têm objeções factuais ou lógicas aqui ou ali. São as melhores cartas, corretamente escritas e argumentadas. Em alguns casos, têm razão, e me apresso em trocar ideias com seus autores. Mas, embora discorde de outras, podem gerar também uma discussão inteligente e produtiva. Fiz amigos nesses intercâmbios.

Na segunda categoria estão as cartas frontalmente negativas. Curiosamente, são sempre muito primárias na argumentação e na sua estrutura lógica. É o clássico *argumentum ad hominem*, acusando o autor de algum crime intelectual, mas sem realmente criticar as ideias (traduzindo: mate-se o mensageiro da notícia ruim). É o discurso adjetivado, é a erupção de impropérios. Nem de longe ameaçam as posições por mim defendidas, pois não as discutem. Vejam um trecho: “Gostaria ver o senhor em sala de aula para saber se existe tanta competência para ensinar. Apesar que não tem formação para isso (...) Falar e escrever do serviço dos outros é fácil. Mostrar o seu serviço, na profissão na qual tem diploma. Muito fracas essas abordagens. Escola não é empresa”.

A terceira categoria é a das pessoas que defendem as posições que ataco. Poderiam até ser os próprios autores — por princípio, não os nomeio, mas eles sabem. Teriam argumentos fulminantes contra os meus ensaios? A grande perplexidade dessa categoria é receber um número de cartas rigorosamente igual a zero! Ou seja, jamais um autor ou porta-voz de ideias que estão circulando na sociedade se dispôs a defendê-las. Não querem se conspurcar em uma revista de direita? Preferem deixar os temas esfriar?

Essa constatação, ao longo de duas décadas, é uma acusação severa à maturidade intelectual de grupos minoritários, mas barulhentos. Imprecisamente, tendem a ser de esquerda. No caso, não estou defendendo meus argumentos, mas lamentando que provocações sobre temas importantes não gerem uma troca de ideias que permita avançar na sua compreensão. Nesse campo, pipocam discursos inflamados, com muita emoção e poucos argumentos. Falta-nos o hábito do debate disciplinado, dentro das regras da lógica e do método científico.

Aliás, quantas cartas merecerá este ensaio?

T1

Luft
Lya



A vida real

Em tempos de crise como esta — e crise da “braba”, apenas começando —, a vida parece tornar-se mais real. Belisca, morde, derruba, atira pedra na testa da gente e apunhala o coração. Li por esses dias algo “de Bill Gates” que não deve ser novo, nem sei se é dele — mas tem o jeito de quem deu um duro danado, persistiu e venceu. Transcrevo e adapto um pouco aqui esses conselhos. “Bill Gates”, convidado para paraninfar uma turma de faculdade, teria chegado, subido ao pódio, tirado do bolso um papel que leu em cinco minutos, sendo aplaudido por outros dez (ao menos essa é a lenda).

Eis os conselhos: “1) A vida não é fácil — acostume-se com isso; 2) O mundo não se preocupa com a sua autoestima, mas espera que você faça alguma coisa útil para ele; 3) Você não vai ganhar 20 000 por mês assim que sair da faculdade, não será vice-presidente da empresa com carrão à disposição antes de conseguir comprar seu próprio carrão com o fruto do seu trabalho; 4) Se você acha seu professor severo, ou grosso, saire do barzinho ou da balada e ir para o trabalho; 9) Não ria dos nerds, que os outros julgam babacas porque trabalham, estudam, se esforçam. Há uma boa probabilidade de um dia você ser empregado de um deles”.

Por que gostei tanto dessas frases? Por que as coloco como eixo desta coluna? Primeiro, porque acredito piamente em tudo isso, porque acho que estamos mais molengas, mais queixosos, mais arrogantes, menos preparados, mais exigentes, como se o mundo, os pais, e todos, nos deversem alguma coisa, nos deversem sucesso imediato e vida fácil, enriquecimento sem cansaço, sucesso sem preparo — como se fôssemos uns príncipezinhos abobados a quem todo mundo deve homenagem. Hoje em dia, príncipezinhos bobos homenageados de graça estão fora de moda: todos querem pelo menos ter uma faculdade, fazer algo de útil e parecer gente normal.

Além disso, eternos adolescentes me cansam muito, gente com mais de 20 anos bancando filhinho de papai e de mamãe, embora tenha saúde e capacidade para estudar, trabalhar, engolir sapos como todo mundo, crescer, subir na vida e no emprego — e quem sabe começar a retribuir de alguma forma tudo o que seus pais fizeram por eles desde o primeiro dia seu no mundo. Pode ser apenas sendo gentil, educado, carinhoso, atencioso... de vez em quando.

Também gostei do texto porque me parece muito útil para os próprios pais (e professores — e quem lida com a educação em geral, tão maltratada hoje neste país): tratar os filhos (ou alunos) como coitadinhos, que não podem sentir em casa e fora dela nenhuma autoridade ou limites, nem devem ser traumatizados com notas baixas ou reprovação, não ajuda em nada. Ao contrário, forma imaturos, eternos queixosos e injustiçados que saltam de um curso ou emprego para outro, não em busca de algo melhor, mas porque o chefe fez cara feia. Serão os para sempre despreparados e irresponsáveis, pois nunca lhes foi exigido nada a sério, como recompensa e punição — numa vida muito real.

Na lista que citei faltou uma sugestão adequada a este momento brasileiro — que seria cômico se não fosse trágico. Ela é minha: 10) Você está entre aqueles que sentem que as coisas no Brasil andam muito esquisitas? Então, da próxima vez, vote direito.

“Hoje em dia, príncipezinhos bobos homenageados de graça estão fora de moda: todos querem pelo menos ter uma faculdade, fazer algo de útil e parecer gente normal!”



espere para ver seu futuro chefe: ele não vai ter pena de você; 5) Trabalhar meio turno, vender qualquer coisa, ser frentista ou garçomete para ajudar a pagar seus estudos não é humilhante. Há quem chame isso de ‘oportunidade’; 6) Antes de você nascer, seus pais talvez não fossem tão críticos quanto agora, que precisam pagar suas contas, lavar suas roupas, aguentar suas insolências, como dizer que eles são ridículos. Então, antes de querer salvar o planeta, arrume seu quarto; 7) Se na sua escola ou faculdade não se distinguem os esforçados dos preguiçosos, e todos são igualmente aprovados, saiba que a vida não é assim. Na vida real, ao primeiro erro grave você poderá ir para a rua; 8) A televisão não é como a vida real. Na vida real, a gente tem de

Lya Luft é escritora

24 | 24 DE JUNHO, 2015 | veja

ILUSTRAÇÃO: ATÔMICA STUDIO

T2



Luft
Lya

O sentido das coisas

Sempre procurei, tantas vezes em vão, encontrar o significado de tudo. Por exemplo, por que há pessoas boas e más, por que as pessoas boas fazem coisas más e vice-versa, por que entre pessoas que se querem bem pode haver frieza ou até maldade, por que... lista infindável, ainda mais para quem tem um pouco de imaginação. A cada momento reinventamos o mundo, reinventamos a nós mesmos, reinventamos nossos afetos para que seja tudo menos doloroso.

Escrevendo sobre a situação do Brasil um pequeno livro que deve aparecer em breve, observo ainda mais intensamente o que acontece, tanta coisa inacreditável, mas real. Assim reflito quase constantemente sobre todas as loucuras, baixezas, perigos, sustos, desalentos atuais, aqui e ali uma luzinha minúscula que logo bruxuleia. Vai se apagar para sempre? Nada é para sempre. As coisas más, as fases ruins, também hão de passar. Mas, no momento, não sou otimista. Falsidade, mentiras, arzinho superior e palavras

“No momento, não sou otimista. Falsidade, mentiras, arzinho superior e palavras fantasiosas sobre questões fundamentais, apontar o dedo para o adversário, tudo é pior do que a dura verdade”

fantasiosas sobre questões fundamentais, apontar o dedo para o adversário, tudo é pior do que a dura verdade. Assustam-me discursos com que neste momento dramático alguns negam ou diminuem a gravidade da situação, revelando-se o desvio de inacreditáveis fortunas que deveriam atender o povo mais carente, a maior vítima desse desastre, um povo despossuído, sem as coisas essenciais que lhe têm sido negadas — não por uma fatalidade, mas por ganância de quem já tinha uma boa fortuna, mas queria mais, e mais.

Hoje, os acusados reagem com ironias, ameaças, invenções: mas fizeram de nós um dos piores países do mundo em quase tudo, sobretudo educação e segurança. Ninguém assume sua responsabilidade, antes critica adversários ou pai-

ses mais adiantados, como se fôssemos todos uns pobres crédulos. Começamos a perceber o que se passa no nevoento território da política que fragilizou a economia, e é cenário de tão grave incompetência e irresponsabilidade. Na grande negociata nunca vista, quase todos tinham seu preço: não foi barato. Pouco sobrou para o brasileiro que ignorava esses fatos que atingiram seu bolso, sua esperança e suas possibilidades de uma vida decente.

A política influenciou e dominou nossa existência nos últimos anos, com gestão incompetente, péssimo planejamento, desorganização nas contas públicas, maquiagem do desastre que foi escondido de um povo mal informado porque mal escolarizado (não é por acaso que negligenciamos tanto a educação). A pátria-mãe desvia o rosto; nós, os filhos, largados na floresta como num conto de fadas sinistro. Os próprios investigadores das gigantescas fraudes, impressionados, admitem estar diante de tramas de dimensão e sofisticação nunca vistas.

A paisagem brasileira está de pernas para o ar: nada faz muito sentido, tamanho o escândalo. Para começar, os salários com que tentamos manter uma vida honrada são patéticos diante das cifras roubadas, apresentadas pelos competentes e corajosos investigadores. Irresponsabilidade e incompetência comandaram as façanhas que esfacelaram o país, agora rebatizadas de “malfeitos”. Espantoso: os desvios não eram efetuados por bandidos oficiais, mas por grandes empresários que admitem, talvez forçados pelo medo, que, se não tivessem entrado no esquema de corrupção e pagado as

irreais propinas, suas companhias teriam ficado “de fora” da roda dos mafiosos, prejudicando seus acionistas e trabalhadores. Quase todos afirmam com veemência que de nada sabiam: viviam em outro planeta. Não saber de nada passou a ser um triste refrão.

Os investigados, denunciados e presos continuam protestando contra tamanha maldade: todos vítimas do lobo mau da Justiça. Seus defensores encenam uma ópera-bufa de delirantes explicações: roubalheira mascarada de comportamento legal, nos parâmetros da decência. Se essas ficções patéticas fizessem sentido, nunca teria havido tantos inocentes no mundo: as elites e os estrangeiros seriam os culpados. Essa farsa acabou: não há desculpa perante uma nação ferida.



LYA LUFT
é escritora



Luft
Lya

Podemos ser mais dignos? Podemos

Difícilmente encontramos alguém, a não ser criança ou adolescente naquela fase de autorreferência compulsiva e natural, que esteja contente com a situação em geral. Que pense ou diga: "Está tudo bem, estamos tranquilos, o país cresce, o povo é razoavelmente bem tratado, nada a reclamar...".

Manifestações se agitam no Brasil. Pelos mais singulares motivos, ora surreais, ora convincentes, saímos às ruas, querendo ordem, progresso e paz, mas admitindo entre nós a violência e o crime, tudo organizado e financiado por alguém. Um partido, uma instituição, um grupo... alguém. Pois nada disso acontece aleatoriamente. Há sincronicidade, combinação, uma teia básica que controla tudo. O que, quem, como, de onde, não sabemos, pelo menos nós, pessoas comuns. Sentimos que algo está no ar, e não é amável, mas perigoso e sombrio.

“Talvez a esperança seja não a destruição de ônibus, a quebradeira de lojas, a insensatez desatada, mas o gesto mais simples, breve, transformador, desde que a gente saiba o que está fazendo: o ‘voto’”



Temos de achar um equilíbrio entre a indignação justa e essencial e o desejo de destruição e violência. A mim me impressionam centenas de pessoas descendo de um trem quebrado e andando pelos trilhos em busca do seu destino ou de uma condução. Às vezes jogam pedras e quebram vidros ou portas do trem, mas a maioria, mesmo reclamando, não demonstra indignação. Muitos, num meio sorriso resignado, dizem: "É ruim, mas é assim, que fazer?". Ou, quando a enchente mais uma vez inundou a casa, matou a criança, destruiu os bens, e ninguém em alguns anos providenciou nada, comentam: "Com a ajuda de Deus, vou mais uma vez começar do zero".

LYA LUFT
é escritora

Manadas de seres humanos apinhados nos ônibus e trens, sem o menor conforto, pendura-

dos naquelas alças, esfregados, amassados por tantos corpos humanos suados e exaustos, dia após dia, ano após ano, consumindo diariamente duas, quatro horas de seu tempo, sua saúde, sua vida, vão para o trabalho e voltam, em condição subumana, e fazem suas reclamações, às vezes com palavras duras e justas, mas acrescentam: "O que fazer? Por aqui é assim". Os indignados, e mesmo os mansos, todos queriam mudar; iriam mudar, se pudessem. Ou melhor: se soubessem o que fazer. Não há autoridade a quem se queixar, pois o máximo que se recebe é a notícia de mais uma comissão, um projeto, empilhado sobre dezenas de outros que há muitos anos mofam em gavetas ou em pastas.

Podemos melhorar de vida? Podemos não ser caçados por bandidos como coelhos pelas ruas dia e noite, podemos viver em morros sem nos enfiarmos embaixo da cama nos frequentes tiroteios, podemos ter água para beber, cozinhar e tomar banho, e energia elétrica para o chuveiro, o ventilador, a luz da casa? Podemos uma porção de coisas melhores em nossa tumultuada vida? Podemos ser mais dignos e mais altivos? Podemos.

Não sabemos para que lado nos virar, onde procurar, a quem recorrer. Talvez a esperança seja não a destruição de ônibus, a quebradeira de lojas, a insensatez desatada, mas o gesto mais simples, breve, pequeno, porém transformador, desde que a gente saiba o que está fazendo, o que deve fazer: o "voto". Porém uma imensa maioria de nós, embora adulta, nem sabe ler. Outra boa parte da população, se sabe ler, não tem energia, interesse, tempo, instrução suficiente para se dedicar a esses assuntos, se informar, debater e descobrir algum nome a quem confiar esse voto.

De modo que, levados pelas corredeiras eleitorais já deslanchadas, provavelmente muitos — que cedo se arrependerão, pois ignoravam a força de seu ato —, por desalento, votem em nomes que não conhecem, que não levam a sério, de que não ouviram falar ou que chegam montados em promessas impossíveis e falácias vãs. Então, por estarmos tão cansados, suados, desanimados ou zangados, mas sem lucidez, eles vão receber, na hora da eleição, o apoio de quem parou um instante no posto da ilusão e digitou um número, um nome, uma sigla, um destino seu, que não acabará significando nada.

ILUSTRAÇÃO: ATÔMICA STUDIO



Luft
Lya

A violência não é uma fantasia

A violência nasce conosco. Faz parte da nossa bagagem psíquica, do nosso DNA, assim como a capacidade de cuidar, de ser solidário e pacífico. Somos esse novelo de dons. O equilíbrio ou desequilíbrio depende do ambiente familiar, educação, exemplos, tendência pessoal, circunstâncias concretas, algumas escolhas individuais. Vivemos numa época violenta. Temos medo de sair às ruas, temos medo de sair à noite, temos medo de ficar em casa sem grades, alarmes e câmeras, ou bons e treinados porteiros. As notícias da imprensa nos dão medo em geral. Não são medos fantasiosos: são reais. E, se não tivermos nenhum medo, estaremos sendo perigosamente alienados. A segurança, como tantas coisas, parece ter fugido ao controle de instituições e autoridades.

Nestes dias começamos a ter medo também dentro dos shoppings, onde, aliás, há mais tempo

“Se não tivermos nenhum medo, estaremos sendo perigosamente alienados. A segurança, como tantas coisas, parece ter fugido ao controle de instituições e autoridades”



aqui e ali vêm ocorrendo furtos, às vezes assaltos, raramente noticiados. O que preocupa são movimentos adolescentes que reivindicam acesso aos shoppings para seus grupos em geral organizados na internet.

É natural e bom que grupos de jovens queiram se distrair: passear pelos corredores, alegres e divertidos, ir ao cinema, tomar um lanche, fazer compras. Porém correr, saltar pelas escadas rolantes, eventualmente assumir posturas agressivas ou provocadoras e bradar palavras de ordem não é engraçado. Derrubar crianças ou outros jovens, empurrar velhos e grávidas, não medindo consequência de suas atitudes, não é brincadeira. Shoppings são lugares fechados, com grande número de pessoas, e portanto podem facilmente virar perigosos túneis de pânico.

LYA LUFT
é escritora

Juventude não é sinônimo de grossura e violência (nem de inocência e ingenuidade). Neste caso, os que perturbam são jovens mal-educados (a meninada endinheirada também não é sempre refinada...) ou revoltados. Culpa deles? Possivelmente da sociedade, que por um lado lhes aponta algumas vantagens materiais, por outro não lhes oferece boas escolas, com muito esporte também em fins de semana, nem locais públicos de prática esportiva com qualidade (esportistas famosas como as tenistas irmãs Williams, meninas pobres, começaram em quadras públicas americanas).

Parece que ainda não se sabe como agir: alguns jornalistas ou psicólogos e antropólogos de plantão, e gente de direitos humanos às vezes tão úteis, acham interessante e natural o novo fenômeno, recorrendo ao jargão tão gasto de que “as elites” se assustam por nada, ou “as elites não querem que os pobres se divirtam”, e “os adultos não entendem a juventude”. Pior: falam em preconceito racial ou social, palavrorio vazio e inadequado, que instiga rancores. As elites, meus caros, não estão nos nossos shoppings; estão em seus iates e aviões pelo mundo.

No momento em que as manifestações violentas de junho estão aparentemente calmas (pois queimam-se ônibus e crianças, há permanentes protestos menores pelo Brasil), achar irrestritamente bonito ou engraçado um movimento juvenil é irresponsabilidade. E é bom lembrar que, com shoppings fechando ainda que por algumas horas, os empregados perdem bonificações, talvez o emprego.

As autoridades (afinal, quem são os responsáveis?) às vezes parecem reencarnar uma postura mais firme e o exercício de autoridade: como pode ocorrer na família e na escola, onde reinam confusão e liberalismo negativo, queremos ser bonzinhos, para desamparo dessa meninada.

Todos devem poder se divertir, conviver. Mas cuidado: exatamente por serem jovens, os jovens podem virar massa de manobra. Os aproveitadores de variadas ideologias, ou simplesmente os anarquistas, os violentos, estão sempre à espreita: já começam a se insinuar entre esses adolescentes, ou a organizar grupos de apoio a eles — certamente sem serem por eles convidados.

Bandeiras, faixas, punhos erguidos e cerrados e palavras de ordem não são divertimento, e nada têm a ver com juventude. Não precisamos de mais violência por aqui. É bom abrir os olhos e descobrir o que fazer enquanto é tempo.

ILUSTRAÇÃO: ATÔMICA-STUDIO



Luft
Lya

Medo e preconceito

O tema é espinhoso. Todos somos por ele atingidos de uma forma ou de outra, como autores ou como objetos dele. O preconceito nasce do medo, sua raiz cultural, psíquica, antropológica está nos tempos mais primitivos — por isso é uma postura primitiva —, em que todo diferente era um provável inimigo. Precisávamos atacar antes que ele nos destruísse. Assim, se de um lado aniquilava, de outro esse medo nos protegia — a perpetuação da espécie era o impulso primeiro. Hoje, quando de trogloditas passamos a ditos civilizados, o medo se revela no preconceito e continua atacando, mas não para nossa sobrevivência natural; para expressar nossa inferioridade assustada, vestida de arrogância. Que mata sob muitas formas, em guerras frequentes, por questões de raça, crença e outras, e na agressão a pessoas vitimadas pela calúnia, injustiça, isolamento e desonra. Às vezes, por um gesto fatal.

“No país da impunidade, necessitamos de punição imediata, severa e radical. Me perdoem os seguidores da ideia de que até na escola devemos eliminar punições”

Que medo é esse que nos mostra tão destrutivos? Talvez a ideia de que “ele é diferente, pode me ameaçar”, estimulada pela inata maldade do nosso lado de sombra (ele existe, sim).

Nossa agressividade de animais predadores se oculta sob uma camada de civilização, mas está à espreita — e explode num insulto, na perseguição a um adversário que enxovalhamos porque não podemos vencê-lo com honra, ou numa bala nada perdida. Nessa guerra ou guerrilha usamos muitas armas: uma delas, poderosa e sutil, é a palavra. Paradoxais são as palavras, que podem ser carícias ou punhais. Minha profissão lida com elas, que desde sempre me encantam e me assombram: houve um tempo, recente, em que não podíamos usar a palavra “negro”. Tinha de ser “afrodescendente”, ou comíamos um crime. Ora, ao mesmo tempo havia uma banda Raça Negra, congressos de Negritu-

de... e afinal descobrimos que, em lugar de evitar a palavra, podíamos honrá-la. Lembremos que termos usados para agredir também podem ser expressões de afeto. “Meu nego”, “minha neguinha”, podem chamar uma pessoa amada, ainda que loura. “Gordo”, tanto usado para bullying, frequentemente é o apelido carinhoso de um amigo, que assim vai assinar bilhetes a pessoas queridas. Ao mesmo tempo, palavras como “judeu, turco, alemão” carregam, mais do que ignorância, um odioso preconceito.

De momento está em evidência a agressão racial em campos esportivos: “negro”, “macaco” e outros termos, usados como chibata para massacrar alguém, revelam nosso lado pior, que em outras circunstâncias gostaríamos de disfarçar — a grosseria, e a nossa própria inferioridade. Nesses casos, como em agressões devidas à orientação sexual, a atitude é crime, e precisamos da lei.

No país da impunidade, necessitamos de punição imediata, severa e radical. Me perdoem os seguidores da ideia de que até na escola devemos eliminar punições, a teoria do “sem limites”. Não vale a desculpa habitual de “não foi com má intenção, foi no calor da hora, não deem importância”. Temos de nos importar, sim, e de cuidar da nossa turma, grupo, comunidade, equipe ou país. Algumas doenças precisam de remédios fortes: preconceito é uma delas.

“Isso não tem jeito mesmo”, me dizem também. Acho que tem. É possível conviver de forma honrada com o diferente: minha família, de imigrantes alemães aqui chegados há quase 200 anos, hoje inclui italianos, negros, libaneses, portugueses. Não nos ocorreria amar ou respeitar a uns menos do que a outros: somos todos da velha raça humana. Isso ocorre em incontáveis famílias, grupos, povos. Porque são especiais? Não. Simplesmente entenderam que as diferenças podem enriquecer.

Num país que sofre de tamanhas carências em coisas essenciais, não devíamos ter energia e tempo para perseguir o outro, causando-lhe sofrimento e vexame, por suas ideias, pela cor de sua pele, formato dos olhos, deuses que venera ou pessoa que ama. Nossa energia precisa se dedicar a mudanças importantes que o povo reclama. Nestes tempos de perseguição, calúnia, impunidade e desculpas tolas, só o rigor da lei pode nos impedir de rezair rapidamente na velha selvageria. Mudar é preciso.



LYA LUFT
é escritora



Luft
Lya

Rio de lama, rio de lágrimas

Ainda aturdida por duas imensas tragédias sem concerto para vidas e lugares atingidos, escrevo sobre uma, na Europa, que assusta o mundo e outra, no Brasil, que deveria nos assustar especialmente. Vejo em capitais brasileiras vigílias pela carnificina em Paris. São justas, não só porque qualquer cidade assim ferida merece homenagens, mas porque para muitíssimos Paris é uma cidade especial. E esse foi anunciado pelos autores como sendo apenas um primeiro golpe na tempestade. Pela extensão e sofisticação de sua capacidade destrutiva, e pelos locais de preparação antes nunca imaginados, mas que começam a ser descobertos, outros países estão na mira, pela Europa inteira. Sem falar na Olimpíada do ano próximo, no Brasil.

Todos alertas, todos assustados, todos um tanto perplexos com essa tragédia — e outra ainda maior e mais complexa se anuncia, ou já

“Precisamos de movimentos vibrantes pelo que, aqui entre nós, vem sendo lentamente assassinado, e agora foi brutalmente soterrado pelo rio de lama”



começou: a chegada de milhões de refugiados, migrantes sofridos e necessitados, parece ser cavalo de Troia com que se movem facilmente bandos de terroristas assassinos. O que fazer, como fazer, perguntam-se os líderes dos países envolvidos. Mesmo quem recebia os migrantes com alguma boa vontade começa a rever sua postura, pensar em mudar leis, levantar muros de toda sorte: pagarão inocentes por alguns culpados. “A vida não é justa”, suspiramos.

Mas esperei entre nós vigília e lágrimas pelo Brasil por este que é um dos maiores crimes ambientais do mundo: protesto e pranto pela morte do Rio Doce, miseravelmente envenenado e travado pela lama, que mata as águas do Doce e de seus afluentes, os peixes, os bichos, os campos cultivados, as pastagens, as plantações, as pessoas — quantas de verdade? Que providências se

tomam? O que se faz para encontrá-las, além de urubus, cães e paus enfiados na lama repulsiva para ver se dali sai “odor”?

Morrem também profissões na região, como as de agricultor e pescador: um velho pescador declara aos prantos que sua profissão não existe mais por ali. A extensão é vastíssima, quilômetros de esterilização, envenenamento, em suma, assassinato. Pois o desastre era previsível: laudos anteriores alertavam para a fragilidade das barragens, e aparentemente nada foi feito, além de negar, desviar os olhos, e de novo negar. “Nada de barulho, pois podemos ter problemas.” E os trágicos problemas chegaram: segundo Sebastião Salgado, a “cura” das águas e terras levará de vinte a trinta anos.

O grande fotógrafo e humanista (sim) internacionalmente admirado nasceu e cresceu junto ao Doce, onde criou com sua parceira, Lélia, o maravilhoso projeto de revitalização de zonas quase mortas décadas atrás, o Instituto Terra. Agora, tudo está pior do que antes dos esforços deles. Recuperar toda aquela região, que vai de Mariana ao mar no Espírito Santo, onde certamente haverá muita contaminação, custará não apenas somas incríveis — projeto que ele já tinha proposto ao BNDES algum tempo atrás foi apro-

vado, mas não houve o repasse do dinheiro —, como terá de manter aceso por décadas o interesse num país de momento tão superficial, tão desinteressado, tão focado em poder, poder, e fuga à responsabilidade, ocultamento de crimes, e salvação das próprias feias peles. Não sou otimista. Até aqui só

vi, como em geral neste país, promessas de planos, projetos, eternas comissões ineficientes e mornas, pouquíssima ação concreta, também nesta crise: mesmo na busca de mortos, lenta e atrasada. Ficarão emparedados na lama que, ao secar, parece cimento. Homens, mulheres, crianças, velhos, eternamente ocultos, a não ser para os corações que por eles choram. O que está fazendo o Brasil para compensar todo esse sofrimento, cada vez menos mencionado?

Precisamos de lágrimas e vigílias pelos inocentes chacinados na França, mas de movimentos vibrantes pelo que, aqui entre nós, vem sendo lentamente assassinado, e agora foi brutalmente soterrado pelo rio de lama, de lágrimas, de pouca esperança.

Vamos trabalhar, e nos manifestar, e chorar, com Sebastião Salgado.

LYA LUFT
é escritora